

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

**A INFLUÊNCIA DO AGRONEGÓCIO NO ASSENTAMENTO
IRENO ALVES DOS SANTOS, REGIÃO CENTRO- PR:
LIMITES E POSSIBILIDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DA
AGROECOLOGIA**

ANTONIO DE MIRANDA

Florianópolis, novembro de 2014

ANTONIO DE MIRANDA

**A INFLUÊNCIA DO AGRONEGÓCIO NO ASSENTAMENTO
IRENO ALVES DOS SANTOS, REGIÃO CENTRO DO – PR:
LIMITES E POSSIBILIDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DA
AGROECOLOGIA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de pós-graduação em agroecossistemas, com objetivo de obter o título de mestre profissionalizante em agroecossistema, 2014. Com a orientação do Professor Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado e Coorientação da: Prof. Mestre. Djacira Maria de Oliveira Araujo.

Florianópolis, 2014.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Miranda, Antonio de

A influência do agronegócio no assentamento Ireno Alves dos Santos, região centro - PR : limites e possibilidades para implementação da agroecologia / Antonio de Miranda ; orientador, Luiz Carlos Pinheiro Machado ; coorientadora, Djacira Maria de Oliveira Araujo. - Florianópolis, SC, 2014.

102 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.

Inclui referências

1. Agroecossistemas. 2. Agronegócio. 3. Modelo de Produção . 4. Agroecologia. 5. Luta e Movimento Social. I. Pinheiro Machado, Luiz Carlos. II. Oliveira Araujo, Djacira Maria de . III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. IV. Título.

Antonio de Miranda

**A INFLUÊNCIA DO AGRONEGÓCIO NO ASSENTAMENTO
IRENO ALVES DOS SANTOS, PARANÁ: LIMITES E
POSSIBILIDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DA
AGROECOLOGIA.**

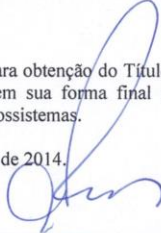
Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de "Mestre em Agroecossistemas" e aprovado em sua forma final pelo Programa de Mestrado Profissional em Agroecossistemas.

Florianópolis, 19 de dezembro de 2014.



Prof. Luiz Carlos Pinheiro
Machado, Dr.
(UFRGS)

Orientador/Presidente da Banca



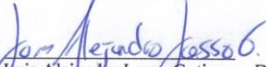
Prof. Clarilton Edzard Davoine
Cardoso Ribas, Dr.
(UFSC)

Coordenador MPA

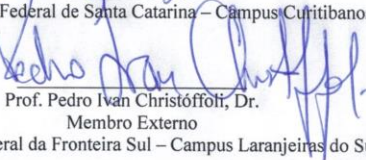
Banca Examinadora:



Prof. Clarilton Edzard Davoine Cardoso Ribas, Dr.
(Universidade Federal de Santa Catarina – Campus Florianópolis)



Prof. Luis Alejandro Lasso Gutierrez, Dr.
Membro Externo
(Universidade Federal de Santa Catarina – Campus Curitiba)



Prof. Pedro Ivan Christóffoli, Dr.
Membro Externo
(Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul)

Dedicatória

Este trabalho é dedicado a todas e todos os Sem Terras que, no dia 17 de abril de 1996, colocaram a lona preta nas costas e decidiram, somente com sua coragem, ocupar o maior latifúndio do Sul do Brasil: a fazenda Giacomete Marudim. Em especial, dedico a um dos principais líderes na época, Ireno Alves dos Santos, que faleceu em um acidente de carro, hoje o assentamento homenageia-o levando o seu nome.

Agradecimentos

Meus agradecimentos vão a todas as pessoas que se opõe contra o latifúndio, que veem na luta uma forma de recuperarem a dignidade e colocar a esperança no sonho de milhares de seres humanos neste Planeta.

Agradeço ao mestre Luiz Carlos Pinheiro Machado, meu orientador, que dedica a sua vida a serviço da classe trabalhadora, mostrando incansavelmente que é possível construir um novo modelo de produção, respeitando a vida deste Planeta. Sempre me incentivou, me orientou, não somente no trabalho, mas com sua prática ensinou-me que, ser revolucionário não é seguir uma seita, mas sim uma opção de vida. Além de sua crítica fundamentada sobre o rumo que o nosso movimento vem tomando, nos alerta, nos critica, nos incentiva de maneira a nos deixar o aprendizado.

Agradeço a companheira Djacira, minha coorientadora, que em sua vida toda se dedicou ao serviço à classe trabalhadora e da educação do povo Sem Terra.

Não poderia deixar de agradecer à equipe técnica do CEAGRO, a Ciliana, o Ivan Testa, o Altemar e todos aqueles que contribuíram de forma direta e indireta para que a pesquisa saísse. Cada vez que tinha dúvida, recorria a essas pessoas que convivem e estudam no assentamento.

Meu profundo agradecimento às famílias assentadas no assentamento Ireno Alves dos Santos, que permitiram que fizesse essa pesquisa, em especial ao Enio Pasqualin e ao Daniel Alves, que durante dias e noites trabalharam junto, nos assentamentos e nos acampamentos.

Agradeço meus filhos, João Vitor, Iara Vitória e Leonardo, por entenderem a minha ausência quando estava estudando e trabalhando, também não poderia deixar de agradecer o acampamento Primeiro de Maio, que foi minha casa e onde contei com a compreensão de todos pela minha ausência.

Agradeço ao Professor Ribas e toda a equipe do LECERA, assim como à nossa CPP que se dedicou a nos acompanhar e a nos cobrar; certamente sem eles esse curso não aconteceria. Do fundo do meu coração, agradeço à Luiza Ribas que se dedicou na correção ortográfica de nossos trabalhos exigindo de nós mais empenho e dedicação.

Lista de Tabelas

Tabela: 01 - Faixa Etária dos Filhos dos Assentados do Assentamento Ireno Alves	59
Tabela: 02 - Distribuição da terra por culturas	63
Tabela 03 - Representatividade dos sistemas de produção	65
Tabela: 04- Média de leite no assentamento Ireno Alves dos Santos	68
Tabela 05 - Distribuição das comunidades Assentamento Ireno Alves por número de famílias	72
Tabela: 06- Relações de Educandos por Escolas	74
Tabela 07- Relação Educandos por Série nos Assentamentos de Rio Bonito do Iguaçu	75

RESUMO

A questão agrária brasileira foi absorvida pelo discurso hegemônico do agronegócio; durante todo o processo histórico a terra esteve em disputa, mas sempre foi protegida e vista como mercadoria para produzir riqueza principalmente para a exportação. Evidentemente que as pessoas e os movimentos que resistiam à forma de produção imposta pelo Estado eram tratados como atrasados que se opunham ao progresso.

Os assentamentos que foram criados pela luta dos trabalhadores, sempre estiveram em disputa frente ao modelo de produção hegemônico; no entanto, se os mesmos não adotassem a produção do modelo produtivo do agronegócio não recebiam créditos e ficavam à margem da sociedade. É evidente que grande parte das famílias assentadas adota o modelo como forma de se sentir incluída na sociedade de consumo.

Por outro lado, uma boa parte das famílias, por condições objetivas ou por opção pessoal, ficou fora desse modelo de produção do agronegócio, paulatinamente desenvolveram a produção de alimentos, baseada no autosustento, na otimização dos recursos naturais que encontravam no seu lote de terra, para garantir sua sobrevivência e melhores condições de vida. Estas famílias apontaram de forma prática que a agroecologia, a biodiversidade e a diversificação da produção são caminhos para assegurar as famílias no campo e construir um novo modelo de produção com sustentabilidade, econômica, social e ambiental, com autonomia e soberania alimentar, em específico defendendo a biodiversidade.

Palavras Chave: Agronegócio, Modelo de Produção, Agroecologia, Assentamento Ireno Alves dos Santos, Luta e Movimento Social.

ABSTRACT

The Brazilian agrarian question was absorbed into the hegemonic discourse of agribusiness. Historically, this process has provoked peasant struggles in dispute over territory and models of agricultural development. On one hand, is the agribusiness as a producer of commodities for the food industry and exportation. On the other hand, it is the peasantry defending the use of the land for food production. These people, rural producers, peasants and social movements whom fight against capitalism. Furthermore, they resist to the development model imposed by the state of government, they are often said to be backward and uncooperative.

In this context, in a struggle to obtain land, settlements, were created by peasant workers, families and farmers who resist to the hegemonic model, which, due to its own need, opted for individual forms of organization and production. Despite being marginalised denying them the acces to credit and rural extension services.

From this perspective, and because the circumstances, farming families keep themselves out from the agribusiness production model. They gradually improve their life conditions and develop through the way of agro-ecological, optimization of natural resources and sustainability of the land.

Keywords: Agribusiness, Production Model, Agroecology, Settlement Ireno Alves dos Santos, Struggle and Social Movement

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 - O PROCESSO HISTÓRICO E A CONSTITUIÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO CENTRO DO PARANÁ.....	25
1.1 A ocupação de terra na região centro do Paraná.....	25
1.2 Trajetória Histórica da Luta Pela Terra e do MST Região Centro do Paraná.....	31
1.2.1 Questões da Terra no Brasil.....	32
1.2.2 Luta pela terra, agricultura e a industrialização do Brasil de 1930 a 1980.....	35
1.2.3 A luta pela terra e agricultura no neoliberalismo de 1980 até os dias atuais.....	38
1.2.4 A luta pela terra do MST Região Centro do Paraná.....	41
CAPÍTULO 2 – AS CONCEPÇÕES PRODUTIVAS NA SOCIEDADE.....	45
2. 1 Um Olhar sobre a Agricultura.....	45
2.2 As Concepções produtivas do agronegócio.....	48
2.3 As concepções produtiva da agroecologia.....	51
2.4 As concepções que se materializaram no assentamento Ireno Alves dos Santos.....	53
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DO PROCESSO ORGANIZATIVO E PRODUTIVO DO ASSENTAMENTO IRENO ALVES DOS SANTOS.....	57
3.1 A constituição e as bases produtivas do assentamento Ireno Alves dos Santos.....	57
3.2 Dados Populacionais do Assentamento Ireno Alves do Santos e Município do Rio Bonito do Iguaçu.....	60
3.2.1 Dados levantados no assentamento Ireno Alves dos Santos mostram a idade dos filhos das famílias que residem no assentamento.....	61
3.2.2 Aspectos demográficos, trabalho e renda no município do Rio Bonito do Iguaçu.....	62

3.3 As linhas de produção e produtividade do assentamento Ireno Alves dos Santos.....	64
3.3.1 Renda	65
3.3.2 Sistemas Produtivos	66
3.4. A dinâmica da produção e a alternativa econômica para as famílias assentadas.....	69
3.5 A influência ideológica em relação à organização social.	73
3.5.1 Educação.	75
3.6 A Influência das Políticas Públicas Sobre os Assentados e Assentadas: um Olhar Crítico.....	77
3.6.1 Política Pública na atualidade.	78
3.6.2 As políticas Públicas nos Movimentos.....	79
CAPÍTULO 4 – UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A INFLUÊNCIA DA PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO IRENO ALVES DOS SANTOS.	83
4.1 O que determina a organização e a forma produtiva do assentamento Ireno Alves dos Santos.....	83
4.2 Trabalho, cooperação e cooperativismo.	84
4.3 Desafios para os Assentamentos do MST, um olhar sobre as ações e práticas elaboradas.	87
ASPECTOS CONCLUSIVOS	95
REFERÊNCIAS	99

INTRODUÇÃO

A pesquisa está centrada em compreender a influência do agronegócio no assentamento Ireno Alves dos Santos, pois segundo Roos, (2012) o agronegócio possui uma estrutura complexa que compreende a integração entre agricultura, indústria, conhecimentos e comercialização direta da produção, principalmente para a exportação. Sabemos que o assentamento é fruto da luta pela terra, da contradição entre o latifúndio que possui a terra e as famílias que ao longo de sua história foram excluídas do acesso à terra.

Na atualidade, o campo brasileiro tem se tornado cada vez mais contraditório: de um lado vivemos a hegemonia do agronegócio, de outro, o dilema da agricultura camponesa que tenta sobreviver à organização produtiva de um modelo que envolve o conjunto dos trabalhadores do campo; este modelo, que chamamos de agronegócio, leva a certa facilidade no processo produtivo, pois as famílias não precisam se envolver completamente na produção: uma pessoa trabalhando sozinha garante todo o processo de produção, desde o plantio, limpeza e colheita até a venda, sendo um modelo tecnológico que fica eficiente, em curto prazo. Por outro lado, há uma forte pressão social que leva os camponeses a aceitar a política do agronegócio, "para não parecerem diferentes" do conjunto da sociedade que o sistema capitalista o criou.

No entanto, o modelo não revela as contradições que vêm ancoradas em sua forma de organização de produção, pois além de ser um modelo dependente do mercado externo e subordinado ao capital financeiro, é extremamente maléfico à natureza. Depende dos recursos naturais para obter lucros, deixando toda a vida na terra fragilizada, pois os venenos que utiliza trazem mal à saúde dos trabalhadores, contaminam todo o lençol freático e os rios nos quais as famílias saciam suas necessidades e de seus rebanhos de pequenos e grandes animais, como nos alerta Mészáros:

Na atual conjuntura, são esses os perigos claramente evidentes em nosso horizonte; e ninguém sabe quais os perigos adicionais para nossos filhos surgirão em razão da incontrollabilidade destrutiva do capital! Contudo, o que está absolutamente claro à luz da nossa experiência histórica é que somente um universo de massa genuinamente socialista será capaz de conter e derrotar as forças que hoje empurram a

humanidade para o abismo da autodestruição. (Mészáros, 2003, Pg. 87).

É evidente que esse modelo de produção baseado somente no lucro é a coluna central do capitalismo. Assim, ele se coloca no campo como forma de potencializar o lucro e aumentar a produtividade sem se preocupar com as consequências para a humanidade. Se por um lado eleva a produtividade, diminui a penosidade do trabalho e eleva o ganho imediato, por outro, degrada o ambiente, destrói a biodiversidade, produz uma única cultura em grandes extensões de terra, padronizando a produção e o gosto da humanidade, além de desagregar o trabalho familiar como um todo e afastar o produtor de seu próprio produto. Assim, se faz necessário expor as contradições e os limites do agronegócio para que se possa superá-los e construir um novo modelo produtivo que negue a agressão desenfreada da natureza, uma vez que a humanidade depende dela para que as futuras gerações possam progredir.

O modelo do agronegócio e do capital evidencia seus limites para a sociedade, com uso intensivo de venenos; com a expulsão da mão-de-obra, com a dependência do controle das empresas transnacionais sobre mercado e preços, nas práticas agressivas do meio ambiente que trazem consequências para toda sociedade. Na priorização a produção de commodities para o mercado externo, concentrando e centralizando a produção agrícola na soja, milho, cana e gado bovino. (Stedile, 2012).

O agronegócio está ancorado nessas contradições e, no mesmo movimento, se encontram as famílias assentadas, pois estas estão diretamente envolvidas nesse processo de produção que é hegemônico. Por isso, necessitam imediatamente visualizar alternativas de produção que tenham como centralidade o trabalho familiar e que resolvam as questões pontuais da permanência da família no campo. Além disso, é necessário que se apontem alternativas e tecnologias que possam dar resultados produtivos econômicos que gerem renda às famílias assentadas e cuja finalidade seja a produção de alimentos para a sociedade.

É necessário compreender qual a base de uma produção que leva em consideração o ambiente e, em especial, a saúde humana. Para

tanto, o desafio é apontar um novo referencial produtivo, que tenha em sua base a relação homem-natureza mas sobretudo, que esta produção possa gerar renda e resolver os problemas econômicos das famílias assentadas e camponesas.

No entanto, é necessário desenvolver um novo referencial de agricultura que seja agroecológica, uma agricultura que traz menos impactos ao ambiente apresentando formas distintas com a natureza, tendo a mesma como aliada para uma produção diversificada, sustentável e ecologicamente correta. A agroecologia deve estar ancorada num processo de cooperação agrícola e com produção em escala, para que a renda possa ser distribuída de acordo com o desenvolvimento sócio-produtivo das famílias camponesas. Assim, esse processo organizativo precisa apontar para a agroindustrialização no campo, para que as famílias agreguem valor naquilo que produzem.

O trabalho desenvolvido está diretamente vinculado à organização do Assentamento Ireno Alves dos Santos que se localiza na Região Centro do Paraná. A ideia central foi o diálogo com as famílias sobre a influência que as mesmas sofrem do modelo de produção do agronegócio em seu cotidiano. Nesse processo se fez muita observação e muita análise para compreender a relação e a forma como a produção está organizada, já que, sem dúvidas, quando se adota uma forma de produção, se limita a abertura de outra. Neste caso também se buscou compreender quais os limites enfrentados para desenvolver a agroecologia. Assim, o tema central é *a influência do agronegócio¹ no assentamento e os limites e possibilidades da agroecologia²*.

1- O agronegócio no Brasil é um modelo específico de organizar a produção e o comércio na agricultura e que se transformou numa categoria socioeconômica. Ele representa a aliança que se produziu a partir do neoliberalismo entre os grandes proprietários de terra com as empresas estrangeiras. Essas grandes transnacionais, como Monsanto, Bunge, Cargill, ADM, Syngenta, Bayer, Basf, Dreyfus, Unilever, Nestlé e Danone, dominam todo o comércio mundial e os preços dos insumos e dos produtos agrícola se de maneira marginal e subordinada, buscam integrar de maneira subordinada alguns pequenos agricultores que arrendam suas terras e que empregam a mão de obra familiar a serviço destes projetos agrícolas.

Disponível in: <http://historiaemprojetos.blogspot.com.br/2008/07/>, acesso em 12 de set. 2013.

² O conceito de agroecologia que utilizarei neste trabalho é aquele que o MST defende, e que ainda está em construção. No entanto, tomarei como referência o

No decorrer do trabalho o olhar se estendeu a dois aspectos fundamentais: a produção e a organização social, para entender a dinâmica produtiva e social do assentamento Ireno Alves do Santos. Paulatinamente, buscou-se compreender a formação histórica da região em que o assentamento está inserido e como se constituiu a base produtiva de forma intensiva de soja, milho e feijão. É possível perceber que esses elementos se tornaram a base para a implementação do agronegócio no assentamento, isso fez as famílias reféns, pois entram em um ciclo vicioso, mesmo que desejem sair não conseguem pelo atrelamento financeiro, pela pressão que sofrem da própria sociedade e pelo papel que a Coagri³ cumpriu para consolidar o modelo de produção do agronegócio.

Como em toda a constituição histórica, há resistência e contradição. Buscamos analisar as questões sociais que se colocam como germens para a construção de um novo modo de sociabilidade. Portanto, no decorrer desse trabalho será possível ver que o olhar se ateve às questões organizativas de forma direta; assim, se estudaram a produção de leite e a produção de subsistência que as famílias desenvolvem como forma de apontar possibilidades para implementar a agroecologia, ou outra forma de produção que não seja à base do modelo de produção do agronegócio.

Contextualização da pesquisa e do assentamento.

que está registrado na revista Bionatur, que em síntese define a agroecologia como um sistema de produção que busca a hegemonia nos assentamentos, mas que tenha mudanças estruturais na sociedade brasileira com a socialização dos meios de produção e geração de riqueza, garantindo controle social sobre a política de desenvolvimento e acabando com as injustiças e desigualdades políticas, econômicas e sociais em nosso país. Ou seja, o MST assume a defesa da agroecologia por entender que ela responde aos princípios e objetivos que norteiam a luta pela reforma agrária e vincula a produção animal e vegetal como meio de manter a biodiversidade.

³ Cooperativa criada pelo MST, para contribuir no desenvolvimento das famílias assentadas, no entanto esta cooperativa veio a contribuir com o modelo de produção do agronegócio, pois financiava o pacote tecnológico as famílias que o pagavam com a colheita. Por outro lado esta cooperativa foi decisiva para avançar em conquistas de terra, pois sua estrutura ajudava a dar suporte nas ocupações e fazia pressão para os fazendeiros locais a desenvolver uma agricultura com mais tecnologia e mais produtividade.

O início dessa pesquisa não se deu somente no decorrer do mestrado, posso dizer que iniciou desde o trabalho de base que ajudei a fazer em 1996. Retomei o mesmo de forma sistematizada com um olhar diferente em 2007 com a pesquisa para elaboração da monografia de graduação sobre o processo educacional na região. Portanto, durante toda a constituição e a luta do assentamento estive presente. Evidentemente que estar presente no assentamento leva a gente a olhar as questões em sua aparência. Na pesquisa, é preciso ir além, no sentido de compreender os fenômenos que estão em evidência, mas não se manifestam.

A pesquisa em si se deu no Assentamento Ireneo Alves dos Santos, que se localiza na região centro do Paraná, no Município de Rio Bonito do Iguazu, ele é fruto da luta pela terra e da ocupação do maior latifúndio⁴ do sul do Brasil; sua consolidação se deu após dois anos de acampamento que iniciou no dia 17 de abril de 1996; no ano de 1998 saiu o decreto do assentamento⁵.

A partir desse período, inicia-se a organização das famílias em seus lotes individuais e a busca da produção de alimentos, de maneira que as famílias pudessem desenvolver e viver com a produção oriunda de seu trabalho. No entanto, com o processo inicial de consolidação do assentamento, as famílias passaram a enfrentar dificuldades de desenvolverem a produção em vista da pouca tecnologia e do pouco acesso a insumos para produzirem. Isto levou muitas famílias a realizarem parcerias com agropecuárias locais para produzirem em escala de comercialização.

Esta situação levou a se constituírem, no assentamento, dois modelos de produção: de um lado a produção em larga escala, baseada na monocultura da soja, milho e feijão, visando a comercialização e inserção no mercado, este modelo foi pautado e defendido pela Cooperativa Agrícola de Comercialização da Região Centro do Paraná, COAGRI, cooperativa dos assentados; do outro, a produção de subsistência, para o sustento familiar, usando apenas a força de trabalho familiar e as técnicas da roçada, da queima e da capina.

⁴ Latifúndio esse conhecido como Giacomete Marudim, famoso por adquirir terra através de pistolagem e assassinato dos trabalhadores. Com a entrada do agronegócio mudou-se o nome para Araupel SA se tornando símbolo de exportação de madeira para os Estados Unidos.
5. Conforme dados do INCRA PR, acessado em 2011.

Este cenário desencadeia um processo de discussão sobre a forma de organização da produção que o assentamento deveria adotar, assim, se busca definir minimamente uma lógica produtiva priorizando algumas linhas de produção inseridas no mercado, gerando renda para as famílias. Com isso, vai se afirmando uma proposição de que o assentamento tinha de produzir alimentos para a sociedade, sem se preocupar com a forma de produção.

A discussão central neste contexto da organização da produção do assentamento foi que deveria se garantir renda para as famílias assentadas para que pudessem viver com dignidade, mostrando à sociedade que a reforma agrária daria certo. Essa discussão sobre renda envolve diretamente todas as famílias assentadas, direções dos movimentos sociais e os órgãos públicos responsáveis pelos assentamentos de reforma agrária⁶.

Evidentemente que ao definir as linhas de produção para garantia de renda das famílias, faltou conhecimento técnico e científico acerca da região. Assim, as famílias buscavam se afirmar produtivamente de acordo com o que já estavam acostumadas a fazer em suas regiões de origem, não levando em consideração os aspectos culturais, ambientais e organizativos da região na qual estavam se inserindo.

Diante desses fatores técnicos e produtivos, a grande maioria das famílias se afirmou produzindo de forma convencional, ou seja, da forma que “já sabiam produzir” em suas regiões. A lógica adotada foi a da produção intensiva de grãos, com predominância da soja, do milho e do feijão, produtos que facilitariam a mecanização agrícola. Desta maneira abriram-se portas para as agropecuárias locais venderem seus insumos agrícolas e desenvolverem o comércio de forma a atender as demandas dos assentados; as agropecuárias se firmaram como repassadoras de insumos agrícolas para as famílias assentadas buscarem fazer parceria com as famílias e com os bancos locais; fortaleceram o “pacote tecnológico” do agronegócio. Paulatinamente, este modelo predominou e teve uma influência definitiva na forma que as famílias encontraram para produzir a partir da consolidação do assentamento.

⁶ Texto elaborado a partir das discussões feitas com os assentados, não se tem documentos produzidos.

Se por um lado, as famílias assentadas foram envolvidas nessa forma de produção em que a síntese é o pacote tecnológico das grandes empresas que atuam na agricultura e que são representadas pelas agropecuárias locais, por outro, estas demonstraram suas contradições, porque se fizeram reféns da tecnologia agrícola baseada na relação entre capital industrial, capital agrícola e capital financeiro, que é denominado agronegócio. Assim, esta forma de produzir, que aparenta facilidade na sua forma organizativa, não traz renda para as famílias e nem resolve o problema da alimentação das famílias que estão engrenadas nesse modelo.

Diante deste processo que se estabelece no assentamento e das críticas permanentes dessa forma de produção, busca-se, de forma conectada, desenvolver a produção de leite, de frutas e de horticultura para o autosustento como maneira de fugir desse modelo de produção baseado apenas na produção de grãos, com o intuito de dar mais autonomia às famílias. Porém, a produção que antes estava ancorada às agropecuárias locais, com o desenvolvimento das linhas de leites, faz este modelo se acirrar, pois a lógica que se estabelece é a mesma da produção de grãos, já que o que domina são os laticínios locais, deixando as famílias reféns do mercado lácteo e das agropecuárias locais que migram rapidamente para venderem seus pacotes tecnológicos.

Evidentemente, esta forma de produção vem aumentar a contradição. O desafio colocado como saída deste processo de produção foi a produção de alimentos para a auto-sustentação e sustentabilidade familiar. Coloca-se como necessidade, pautar outro modelo de produção no qual as famílias tivessem autonomia sobre o que produziam, potencializando a produção de leite, de frutas e de horticultura.

Pautava-se que a produção, além de gerar renda e ir para o mercado, necessitava produzir alimentos diversos para a sustentabilidade familiar. Esta produção que historicamente se realiza sem uso de agrotóxicos. Contudo, esta forma de produção que se desenvolve paralelamente não foi pensada coletivamente e nem estabelecida como linha de produção para que as famílias assentadas pudessem adotar. Mesmo esta produção não sendo a predominante coletivamente, pautou-se a necessidade de uma integração entre produção animal e vegetal, provocou-se o debate da sustentabilidade e da soberania alimentar.

Questão da pesquisa e hipótese.

Como processo investigatório, busca-se compreender o que levou as famílias a adotarem o modelo do agronegócio como forma predominante de sua produção, tendo como objetivo compreender a relação e a influência do modelo de produção do agronegócio no assentamento Ireno Alves dos Santos, assim como verificar se o mesmo tornou-se predominante, buscando apontar quais as contradições e possibilidades que se apresentam para o avanço da agroecologia. Buscou-se ainda identificar as linhas de produção predominantes no assentamento Ireno Alves dos Santos e como se caracterizam as suas organizações. Houve, ademais, um esforço no sentido de refletir sobre os limites que se têm encontrado para desenvolver a agroecologia, e se os assentados conhecem as propostas de produção que o MST defende. Por fim, ainda como objetivo, se buscou compreender as influências das agropecuárias locais sobre a produção dos assentamentos e qual a relação das mesmas com as famílias.

A hipótese à qual me conduzi foi a de que os assentados produzem neste modelo de produção do agronegócio pela facilidade que ele oferece para produzir e acessar crédito. Esta facilidade é influenciada pela tecnologia de grande porte, pelo uso dos agrotóxicos como solução rápida e grande produtividade. Outro fator que me motivou nesta pesquisa é que a lógica desse modelo é inclusiva na sociedade. Porém, há que se considerar que existem outras formas de produção que se colocam como alternativa a este modelo.

Algumas destas alternativas podem ser encontradas na experiência de produção dos movimentos camponeses e do próprio MST. No entanto, há um grupo de fatores internos e externos do Movimento Sem Terra que são desconhecidos pela sua própria base social e que se apresentam como fator dominante na forma de produção e de organização das famílias, de modo a interferirem nas decisões que se possam tomar.

Portanto, o estudo desenvolvido não se deu no sentido de trazer soluções, e sim de trazer as contradições existentes no Assentamento Ireno Alves dos Santos, buscando apontar elementos estruturantes de como o agronegócio vem influenciando na forma organizativa e produtiva dos assentamentos. Evidentemente podemos afirmar que o modelo de produção do agronegócio é hegemônico na sociedade, já que passa a impressão de que traz “facilidade para produzir alimento à sociedade”.

Diante deste propósito, acredita-se que o trabalho de pesquisa desenvolvido teve pertinência em vista de compreender a lógica do agronegócio e de como ele envolve as famílias direta e indiretamente. Durante os estudos concluiu-se que o agronegócio não é só uma técnica de produção, um modelo produtivista, mas um modelo organizativo que envolve as pessoas de forma produtiva e, acima de tudo, de maneira ideológica, pois faz com que as mesmas defendam o modelo, seja através de propaganda, através do resultado dos produtos obtidos, ou pela divulgação de seus produtos ou pela circulação de suas mercadorias que inclui os excluídos. A pesquisa também apontou para o fato de que é possível outra forma de produção, pois muitas famílias têm a consciência de produzir de forma orgânica - agroecológica, no entanto encontram dificuldade, pois o modelo dominante as exclui do processo de sociabilidade inclusive na sociedade, gerando uma forte pressão social proveniente das próprias agropecuárias.

Metodologia

A metodologia utilizada na pesquisa centra-se no levantamento de dados, de bibliografias relacionadas ao estudo teórico sobre a questão agrária, agronegócio e agroecologia; a preocupação central é compreender os conflitos entre o agronegócio e a agricultura com pequeno porte.

Ao longo da pesquisa recorreu-se à análise de documentos desenvolvidos no assentamento, mas a base central foi um diagnóstico sobre sistemas agrários e um estudo feito pela FAHMA em 2004. Além desses recorria os documentos desenvolvidos pela equipe técnica do CEAGRO, do INCRA e a levantamentos feitos para desenvolver projetos de viabilidade econômica do leite orgânico.

As coletas dos dados primários que aparecem ao longo do texto foram feitas através de investigações a campo nos assentamentos, quando estive participando de reuniões de coordenação, reuniões de base, de direção e de diálogos diretamente com as famílias (estes feitos de forma espontânea, sem roteiros, apenas perguntas abertas quando conversávamos e visitávamos as propriedades dos agricultores).

O diagnóstico utilizado foi desenvolvido e aplicado nas 934 famílias do assentamento Ireno Alves dos Santos, por isso, parte das entrevistas foram descartadas para que fosse possível me ater mais na análise de dados, selecionando o que mais ajudaria para desenvolver este trabalho.

Além do assentamento Ireno Alves do Santos, em algumas partes do texto constam dados do Assentamento Marcos Freire, pois em determinados momentos as produções se cruzam e a organização social e produtiva é a mesma em ambos os assentamentos.

Para compreender melhor a forma do trabalho a campo, foram listadas as perguntas que nortearam o trabalho, estas que abordaram três dimensões: a) questão econômica-social, b) questão produtiva, c) questão política.

Na questão econômica-social, o intuito foi compreender a forma da organização da produção e da participação social, buscando identificar porque se alinham a esse tipo de produção e de onde vêm os saberes do que fazem. Outro fator que buscamos saber é se eles têm acesso à televisão e, em caso afirmativo, quais são os programas que eles assistem que influenciam em seus conhecimentos.

Na questão produtiva procurou-se compreender que tipo de produção se desenvolve no assentamento, buscando trabalhar com sistemas de produção, da mesma forma, se deu por objetivo saber que tipo de tecnologia se utiliza para desenvolver essas produções. Para melhorar a análise foram abordadas questões sobre acesso à assistência técnica, sua frequência e o que ela propõe para a produção. Buscou-se também saber se as famílias recebem visitas das empresas e das agropecuárias que vendem o pacote tecnológico.

Na questão política, o intuito foi saber qual é a influência que o MST tem em relação à produção dos assentados, ou seja, se o MST aponta alguma tecnologia ou modelo de produção para eles, e em que medida as famílias compreendem as linhas políticas do movimento. Além disso, procurou-se compreender se as famílias participam de algum núcleo de base da comunidade, assim como quem organiza essas comunidades e que tipo de organização elas têm.

No desenvolver do estudo e da pesquisa foram sendo usadas fontes documentais do MST, órgãos oficiais e outros documentos que no processo se julgaram relevantes à fundamentação de dados para a conclusão da pesquisa.

No decorrer do texto será possível perceber que, em muitos momentos, se repetem algumas informações, mas desde o primeiro capítulo já busco trazer presente a forma como o agronegócio foi se constituindo e se tornando força hegemônica e a maneira através da

qual, ao longo da história, os camponeses, os negros, os indígenas e os povos tradicionais resistiram.

Neste estudo busquei variadas bibliografias, textos e documentos para darem corpo teórico à pesquisa, muitos deles não têm citação no decorrer do texto, mas formam a base para minha compreensão da atualidade. No entanto, tem muitos momentos em que coloco meu ponto de vista e que desde já deixo claro; fui fiel ao estudo, mas tenho um lado que é o dos trabalhadores, por isso, em muitos momentos tomo partido.

CAPÍTULO 1 - O PROCESSO HISTÓRICO E A CONSTITUIÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO CENTRO DO PARANÁ.

O esforço neste capítulo é trazer presente, de forma breve, a ocupação dos espaços territoriais no Brasil e no Paraná. Busca-se evidenciar que a ocupação foi marcada por vários conflitos e que, na Região Centro do Paraná não foi diferente; por isso o desafio é compreender sua formação regional, a concepção política e o processo de como se deu a ocupação e a posse da terra. Diante disso, abordo a questão de como se deu a ocupação de todo o território paranaense, buscando fazer presente cada período histórico e como se constituiu a sociedade regional, apontando a forma de ocupação e os conflitos que ainda hoje estão presentes.

1.1 A ocupação de terra na região centro do Paraná⁷

A ocupação espacial do Estado do Paraná se iniciou ainda nos séculos XVII e XVIII, no período chamado de Ciclo do Ouro, quando os portugueses instalaram os primeiros povoamentos no litoral Paranaense e no Planalto do Estado, que se avançou nas áreas do interior, o que vinha acontecendo em sítios isolados. Os interesses dos invasores portugueses estavam direcionados à ampliação das fronteiras para facilitação da exploração do ouro e da captura de indígenas para o trabalho escravo, o que levou à destruição de várias comunidades indígenas no século XVIII. Isso deixou vestígios claros e dessas ocupações permaneceram as trilhas para o interior do Estado, as quais vieram a ser utilizadas mais adiante na ocupação de todo o território paranaense, ou seja:

A comunidade que historicamente se formou no litoral paranaense e no planalto curitibano, ocupou todas as terras de campo que, em largas faixas cercadas por imensas florestas, vão desde Curitiba, pelos campos gerais, campos de

⁷ Este texto foi elaborado a partir de um diagnóstico feito pela equipe técnica coordenada pelo CEAGRO na Região Centro do Paraná e das discussões da CODENTEC.

Guarapuava, campos de Palmas, até as atuais divisas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Explorou ervais e as florestas de araucárias a elas associados. (Westphalen, Machado e Balhana, 1968, pg.2).

No entanto, a ocupação na região centro do Paraná só acontece na segunda metade do século XVIII pelos portugueses que tinham como objetivo principal deter o avanço espanhol na zona meridional. Por outro lado, esse avanço dos portugueses e dos espanhóis nessa região registrou a presença dos povos indígenas da etnia Kaingang e Guarani que habitavam essa região. O povoamento por portugueses e também por caboclos brasileiros ocorreu de maneira irregular e sob três formas: pela iniciativa oficial garantida pelo Estado, pela iniciativa empresarial sem controle e planejamento e pela ocupação espontânea de terras devolutas pela força dos fazendeiros, ou dos latifundiários. Assim as ocupações de terras se deram:

Baseada nos latifúndios campeiros da criação de gado, nos engenhos de beneficiar erva-mate, nas serrarias de pinheiros, formou a sociedade paranaense tradicional que criou o sistema de província monárquica e do estado republicano. Mas não chegou a ocupar todo o território do Paraná. (Westphalen, Machado e Balhana, 1968, pg.2).

O avanço da ocupação na região centro do Paraná enfrentou resistência pelos povos indígenas que o habitavam, pois ali existiam muitos aldeamentos que viviam da caça e da coleta da erva mate. Portanto, o início do século XIX é marcado pela guerra declarada aos indígenas, sob a alegação de que eles impediam o processo de ocupação, trânsito e desenvolvimento da região. Naquele período, a região centro do Paraná era habitada por comunidades indígenas especialmente pertencentes aos Kaingang. O processo de desbravamento, povoamento e urbanização, trouxe consigo o encontro e, na sua grande maioria, o confronto direto com os indígenas, interferindo diretamente em sua cultura. Eles acabaram sendo empurrados mata adentro. As comunidades que permaneceram tiveram que se organizar em reservas, conforme a política oficial do Estado brasileiro. Com as expulsões dos indígenas.

[...] organizam-se as fazendas que, nos meados do século XIX, atingem toda a sua potencialidade dentro do sistema econômico social de um período histórico. Nessa expansão reviveram aspecto de pioneirismo que retardou a estabilização da sociedade. [...] Porém, a partir das primeiras décadas do século XIX, a sociedade fundada no latifúndio já se encontrava estabilizada, com a grande família residindo nas fazendas, à base do trabalho escravo, e com a mocidade encontrando nas atividades do tropeirismo a sua forma de participação social. (Westphalen, Machado e Balhana, 1968, pg.9).

Entre os processos de caráter econômico que tiveram importância histórica para a região esta a exploração da erva-mate, sobretudo no século XIX, atividade que entra em declínio a partir da década de 1930. A essa época, as áreas agrícolas dos atuais municípios do Centro Sul paranaense eram exploradas predominantemente por empresas de capital argentino na exploração ervateira. Ainda neste mesmo século, outra atividade econômica relevante no processo de ocupação dessa região foi o tropeirismo e a exploração da madeira, que teve seu momento relevante como fomentadora da ocupação do solo paranaense em meados do século XX. Foi também responsável pelo povoamento de uma vasta área compreendida pela produção agrícola e pela construção de cidades. Ou seja, “desde, mais ou menos, 1900 a 1930, as matas foram desaparecendo com o aparecimento das cidades e dos municípios novos, no Rio Grande do Sul, no Oeste Catarinense e depois no sudoeste do Paraná” (Westphalen, Machado e Balhana, 1968, pg.6).

A história do Paraná passa, também, por movimentos migratórios nacionais e internacionais. No início do século XX, imigrantes eslavos e italianos se instalaram em parte dessa região até então marcada pela ocupação sob sistema Faxinal⁸. A década de 1950 registrou um grande fluxo de imigrantes gaúchos e catarinenses em terras paranaenses – particularmente com destino às áreas do sudoeste e

⁸Tipologia de produtor organizado em comunidades que possuem formas peculiares de apropriação do território tradicional, baseadas no uso comunal das áreas de criadouros de animais, recursos florestais e hídricos e no uso privado das áreas de lavoura, onde é praticado a policultura alimentar de subsistência com venda de pequeno excedente (Miranda 2011).

do oeste –, formado por famílias que vinham em busca de nova vida e terras férteis. Assim:

Na década de 1960, todo o estado do Paraná está com seu território ocupado, desaparecendo as frentes pioneiras e os grandes problemas de terras. Encontram-se e começam a confundir-se as três ondas de povoamentos, a do Paraná tradicional que se expandiu desde o século XVII, do Paranaguá e Curitiba, pelas regiões de campo, com a criação do gado, a indústria de erva-mate e de madeira de pinho; as dos agricultores da agricultura tropical do café que, pelas origens e pelos interesses históricos, ficaram mais diretamente ligados a São Paulo; e as dos colonos da agricultura de subsistências, plantadores de cereais e criadores de suínos que, pela origem e interesses históricos, se ligavam mais intimamente ao Rio Grande do Sul. Cada uma dessas três ondas criou o seu próprio tipo de economia, formou um tipo de sociedade e fundou suas próprias cidades. (Westphalen, Machado e Balhana, 1968, pg. 8).

Como afirma Serra, “esgotando a fronteira interna e não tendo para onde avançar as frentes desapareceram, deixando como herança uma série de problemas, produtos de distorções ocorridas nas diferentes etapas nos processos de repartição e ocupação de terras” (1986. Pg. 60). Obviamente que esse processo de ocupação de terras permitiu a formação da sociedade paranaense que, por sua origem, é praticamente rural, e com sua forma de ocupação constitui uma população extremamente despossuída de bens, pois na grande maioria, eram trabalhadores que vinham trabalhar nas fazendas de café ou de gado, ou trabalhar como extrativistas na colheita da erva- mate, ou trabalhar nas serrarias.

Com essa formação, hoje tem se vivenciado uma constante saída da juventude do meio rural para o meio urbano de outras cidades do sul do Brasil, à procura de alternativas de renda para a sobrevivência, devido à ausência de indústrias, de políticas públicas e à falta de perspectivas da juventude para desenvolvimento no campo pelo formato que se constitui o desenvolvimento regional.

Este desenvolvimento regional se constitui basicamente pela introdução da agricultura e da pecuária, sendo que estas formas de

produção estão diretamente ligadas à vinda de imigrantes e seus descendentes de origens italiana, alemã e eslava diretamente aos territórios mais a leste do Paraná, ou ainda por aqueles que estavam nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que vinham com a intuição de encontrar terras férteis e lugar onde pudessem constituir suas famílias.

As famílias que chegaram primeiro se apossaram de médias ou grandes áreas de terras não demarcadas, ou seja, no processo de ocupação espontânea de terras devolutas, tornando-se necessário o controle do território há pouco ocupado. De maneira que estes territórios tiveram de ser controlados; o que se fez foi trazer de outros locais os chamados “agregados”, que ocupavam as terras mais distantes das sedes das fazendas, garantindo, assim, que outros colonizadores não se apossassem destes territórios e que facilitassem tomadas de novas áreas.

Toda a penetração pioneira foi marcada por graves conflitos de terras. Incêndios, saques, violações, mortes, resultavam de incidentes havidos dos que defendiam a sua posse, muitas vezes de anos, e aqueles que, insuflados pela cobiça da terra, pretendiam conquistar, mesmo à custa, de bala e sangue, o domínio de que não possuíam legalmente. (Westphalen, Machado e Balhana, 1968, pg.32).

No entanto, a tomada de novas áreas se dava sob duas formas: simplesmente colocando novo morador agregado⁹, alegando que a área lhe pertencia e quando os grileiros se davam conta que alguns de seus agregados estavam crescendo demais, pediam que estes saíssem de “sua” área, ou então pelo processo de intimidação e até mesmo através de crimes encomendados. Nesse processo, alguns foram se apossando de áreas maiores das quais hoje seus herdeiros se tornaram os fazendeiros de grande e de médio porte da região.

Portanto, podemos classificar a área dividida como: a) dos grandes latifundiários, os quais estão localizados na região com tipo de vegetação mais de campo nativo que oferece facilidade de trabalho e mecanização do solo, já que a característica principal é ser pouco

⁹Morador que trabalha na terra de alguém que detém o poder de uso, ou seja, reside e trabalha em terras de outro, sendo submisso ao fazendeiro (nesse caso) por acreditar que este é realmente dono. (Miranda 2011).

ondulado. Este tipo de produtor se caracteriza por usar mão de obra assalariada em pouca quantidade, mas com muita tecnologia, tais como máquinas agrícolas diversas, colheitadeiras e tratores de grande porte, com equipamentos pesados, grades, escarificadores, plantadeiras e semeadeiras de plantio direto e etc. Nestes grandes latifúndios, a base é o monocultivo, seja de grãos, bovinos, ou pinus e eucaliptos.

Outra parte da área é ocupada por, b) os latifúndios de médio porte que também fazem parte deste processo de exploração dos campos nativos de Guarapuava e Condói, mas em menor número, devido ao maior valor comercial das terras. Assim, sua maior participação se dá no antigo bioma da floresta de araucárias e estão espalhados por toda a Região Centro do Paraná. As características dos latifúndios de médio e grande porte são muito parecidas quanto ao modo de produção.

As produções vegetais e animais são escalonadas de acordo com a possibilidade de uso do terreno, pois a sua característica principal é serem de suave ondulada forte ondulados e aflorações de rochas, conseqüentemente dando origem a fazendas de produções mistas, gado de corte e lavouras. A produção do gado de corte ocorre principalmente nas encostas de morros e terrenos com aflorações rochosas que dificultam o processo de mecanização.

A produção de cereais é feita nas várzeas de pequenos rios ou nos planaltos. O principal fator para a definição de objetivo é a pouca declividade e aflorações rochosas, facilitando as operações mecanizadas.

Ainda ocupam a área, c) pequenos agricultores ou os camponeses que vivem da terra e com o trabalho de sua família, esse grupo pode ainda ser classificada da seguinte maneira: c1) sistema agrário indígena, que basicamente estruturou-se nas tribos Guaranis e Kaigangs. No norte do Rio Grande do Sul foi estruturado antes de 1750. Já no Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná estendeu-se até por volta de 1900. Os indígenas, historicamente, se estabeleciam nas áreas de floresta que lhes forneciam todos os meios necessários a seu desenvolvimento. Espalharam-se, portanto, por toda extensão das matas de araucária e floresta estacional. Assim, desenvolveram a caça, a pesca e realizavam atividades de coleta. A agricultura, principalmente entre os guaranis, possuía um papel apenas complementar à alimentação;

c2) Faxinais, que são comunidades rurais que se estabeleceram no Centro-Sul do Paraná e que se constituíram historicamente por mecanismo de autodefesa do campesinato local,

buscaram assegurar sua reprodução social em conjunturas de crise econômica como a do tropeirismo e durante o ciclo da erva-mate, ou seja, entre meados do século XIX e a década de 30 do século XX. Tais comunidades possuem formas peculiares de apropriação do território tradicional, baseadas no uso comunal das áreas de criadouros de animais, recursos florestais e hídricos e no uso privado das áreas de lavoura, onde é praticada a policultura de subsistência, com venda de pequeno excedente.

c3) A outra forma é a agricultura camponesa tradicional instalada em toda a região, sendo esta um fruto do processo histórico da migração de gaúchos e catarinenses que vinham trabalhar nas fazendas; entre estes camponeses tradicionais se encontram os assentados e os sem terra, pois os que conseguiram acumular algum capital compraram áreas dos supostos patrões e os que não conseguiram se tornaram agregados e hoje constituem os movimentos sociais, em específico o MST. No entanto, os agricultores camponeses familiares assentados de reforma agrária, em quase sua maioria, aderiram ao sistema de produção agroquímico e mecanizado. Este tipo de camponês tem pouca terra e pouca tecnologia e acabou ficando fora de parâmetros de produção em escala e sequencialmente, acaba por se descapitalizar cada vez mais ao adotar o modelo de produção do agronegócio.

1.2 Trajetória Histórica da Luta Pela Terra e do MST Região Centro do Paraná

Neste subcapítulo busca-se apresentar o processo de luta pela terra e o processo de desenvolvimento da agricultura no Brasil, como esta foi se estabelecendo durante todo o período de nossa história. Busco, de forma sucinta, caracterizar como foi o processo de desenvolvimento da agricultura, bem como a posse e a ocupação da terra e como a política foi determinante em cada período histórico. Além disso, procuro demonstrar que a agricultura e a posse da terra no país sempre estiveram subordinadas aos interesses do capital internacional e, na sua origem, sempre foram subservientes aos países europeus, visto que, desde o princípio, a terra e a agricultura não são vistas como um elemento de sustentabilidade e soberania nacional e sim como forma de produzir mercadorias para o mercado externo.

1.2.1 Questões da Terra no Brasil

No Brasil a questão da terra, desde que se tem registro, foi uma disputa que traz consigo o símbolo de poder. Por isso, para compreendermos o desenvolvimento da agricultura temos de olhar três questões básicas: a) acesso à terra, b) uso da terra, c) posse e propriedade da terra. Assim, se verá que em cada período histórico essas características sofrem mudanças pela influência política, seja ela interna e externa ou pelas resistências populares que buscam ter espaço de sobrevivência.

a) Acesso à terra

Este primeiro cenário que vai desde 1500 até 1930, foi iniciado com as descobertas marítimas e os declínios dos estados absolutistas, assim como pelo início da revolução industrial, datada em 1750e que resultou em uma sequência de revoltas populares, pela revolução burguesa na França, e pelas independências das colônias americanas como a dos Estados Unidos. Além disso, aconteceram as influências dos pensamentos político-culturais, marcadas pelo renascimento iluminista. Esses acontecimentos são determinantes para o avanço da agricultura e em específico para o acesso à terra.

O Brasil se torna um grande produtor para atender as demandas do mercado internacional. O modelo de agricultura adotado no Brasil, nesse período, foi agroexportador, para atender as demandas externas dos países que estavam desenvolvendo a indústria. Assim, o acesso à terra se dava pela ocupação livre das terras devolutas até o ano de 1850¹⁰. Portanto, só podiam ocupar essas terras os homens

¹⁰**Neste ano se cria a primeira Lei de Terras**, como ficou conhecida a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil, conforme mostra o “Art. 1º – Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas (terras do Estado) por outro título que não seja o de compra. Excetua-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.” Podemos afirmar que aqui se estabelece a defesa dos grandes

conhecidos como “homens bons”, os “homens bons” eram brancos, ricos e amigos da coroa portuguesa; os homens brancos e pobres eram trabalhadores assalariados e para os negros e índios sobravam os trabalhos escravos. Assim se dava o acesso à terra e se garantia um modelo de produção baseado em grande propriedade. Para garantir a riqueza das coroas europeias, se recorrem, em primeiro momento, à exploração e exportação do Pau-Brasil, do ouro e diamante; e em um segundo momento, à produção de cana-de-açúcar, café para favorecer o desenvolvimento e enriquecimento dos países europeus.

b) Uso da terra

Como já citado, o uso da terra no Brasil foi para atender às demandas dos países desenvolvidos. A terra sempre esteve a serviço de grandes proprietários para produzirem bens de consumo para a exportação. Assim seu acesso e uso estavam ligados ao desenvolvimento industrial europeu. Só tinha acesso à terra quem estivesse comprometido com o desenvolvimento da produção para atender o mercado externo. Por isso, durante todo o período que o Brasil esteve sob a dominação portuguesa, o uso da terra foi destinado para as grandes propriedades para desenvolver o monocultivo de exportação.

Com esta concepção de agricultura os agricultores pobres e os índios ficaram fora do modelo, e para desenvolver essas agriculturas, buscou-se o trabalho escravo dos negros, dos indígenas que ficam fora do acesso à terra sem poder usá-la para sua sobrevivência. Restaram apenas duas saídas: ser forçado ao trabalho ou resistir. Por estes motivos se afirma que, desde a chegada dos portugueses, o uso da terra no Brasil foi para explorar os trabalhadores, fossem eles os indígenas, os negros ou os agricultores brancos pobres. Por isso é que durante quase 400 anos a agricultura teve como motor principal o trabalho escravo e ainda hoje se encontram vestígios dessa forma perversa de produção capitalista.

c) Posse e propriedade da terra

Antes da invasão portuguesa, os indígenas não tinham propriedade viviam da terra. E estabeleceu-se que a posse da terra seria

fazendeiros e políticos latifundiários que se anteciparam a fim de impedir que negros pudessem também se tornar donos de terras.

de direito de propriedade, o que significa que pertenceria à coroa portuguesa que, por sua vez, cedia o direito de uso aos latifundiários para a produção de monoculturas para a exportação. Isto durou até 1850, com a Lei de Terra, que funde em uma só, o direito ao uso e o domínio de propriedade privada e estabelece como mecanismo de acesso à terra uma única maneira: a compra. Assim se legalizou juridicamente a grande propriedade e se estabeleceu o grande latifúndio no país.

No entanto, se a terra passa a ser direito do latifundiário, a preocupação passa a ser direcionada ao modo com o qual seria substituída a mão de obra escrava. Aprisionou-se a terra e libertam-se os escravos, que não tendo acesso à terra foram obrigados a trabalhar de forma quase escrava aos seus antigos donos. As grandes fazendas conseguiram assegurar a mão-de-obra dos antigos escravos ou dos camponeses pobres, pois a compra da terra impedia esses trabalhadores a terem acesso a terra. Além desta forma de trabalho, inicia-se um olhar para os imigrantes europeus, em específico para os vindos da Itália. Esses trabalhadores vêm e continuam sendo explorados com as péssimas condições de trabalho impostas pelos latifundiários, pois estes mudam a forma de trabalho, mas continuam com os mesmos métodos e com uma visão escravocrata.

Diante disso, forçadamente se consolida uma estrutura social com proprietário de terras latifundiário e com colonato (morador agregado), dependentes da grande propriedade que já estava estabelecida e comprometida com a produção com monocultivo para a exportação. Neste contexto, há o surgimento do ‘coronel’ que tem poder sobre toda a população, seja pela coerção ou pela cooptação. Este é um modelo que durou mais de quatrocentos anos e que consolida um modelo agroexportador e da grande propriedade privada

O modelo macroeconômico agroexportador cada vez mais vai buscando a inserção da economia brasileira na economia mundial, ou seja, a visão era a exportação de “commodities” agrícolas e importação de produtos manufaturados. Assim, a economia brasileira fica sendo cada vez mais fruto da dependência do mercado externo, pois seu controle encontra-se fora do país, e pela concorrência dos outros países produtores, em específico pelo controle do mercado por grandes atacadistas que controlam o mercado externo.

Com este modelo se consolidando, o grupo hegemônico –

oligarquias rurais/coronelismo¹¹ se mantém no poder pela força e repressão com grupos armados próprios e pela cooptação por favores da classe dominante à classe subalterna, assim como por relação de compadrio. Com isso, buscam êxito econômico do modelo de tecnologias avançadas na produção do açúcar em escala mundial produzida em massa com uma indústria eficiente com altíssimos lucros. Mais uma vez, a produção de alimentos é uma questão secundária, pois as melhores terras são para produção de café e cana-de-açúcar. Paulatinamente, estabeleceram políticas que favorecia a grande propriedade exportadora frente à propriedade de subsistência familiar. Neste contexto o pequeno produtor é caracterizado pelo “Jeca Tatu”. E mais uma vez a lógica da produção se mantém para garantir o mercado externo.

Segundo Maestri¹² (2010), todo esse período foi marcado por grandes lutas sociais. Destacam-se algumas que são consideradas as mais importantes, como as lutas dos povos guaranis em 1620 no Paraná, na região de Foz do Iguaçu: 18 povos indígenas das missões, até 1640, construíram cidades autônomas com alta produção, não havia dinheiro nas cidades, mas necessitavam de dinheiro para adquirir coisas de fora que lhes eram convenientes; segundo Maestri, o auge da situação foi em 1756 quando eles foram derrotados pelas forças espanholas e portuguesas. Outras lutas que marcaram esse período de resistência foram aquelas contra monarquia: a Inconfidência Mineira, a rebelião dos alfaiates, etc. Além dessas, tiveram vários levantes populares como cabanagem, sabinagem, balaiada, guerra do contestado e, no mesmo período, as lutas contra a exclusão social e política, as lutas contra escravidão em 1888, e a fundação dos quilombos, uma das marcas de resistências até hoje.

1.2.2 Luta pela terra, agricultura e a industrialização do Brasil de 1930 a 1980

¹¹ Para se aprofundar neste tema pode recorrer à bibliografia sobre questão agrária do volume 1 - 8 de Stedile

¹² Exposição feita em palestra aberta, à qual fiz anotações e aproveitei a esse trabalho.

Tomando como base Machado, o processo de desenvolvimento da agricultura baseada em escala de produção vinculada à indústria se fortalece e se consolida com o fim da segunda guerra mundial onde as economias de todos os países saem fragilizadas, seja pela perda milhares de seres humanos assassinados, ou pela destruição dos bens materiais. Segundo Machado “URSS, USA, Grã-Bretanha – os Estados Unidos foi o que menos sofreu, pois entrou no “front” somente no final da guerra” (2014. Pg. 51). Com isso se fortalece, pois busca financiar a economia dos demais países como forma de impor sua lógica econômica e produtiva, segundo o mesmo autor,

“nessa oportunidade, a Fundação Rockefeller, norte-americana, financiou o trabalho de “quatro jovens norte-americanos dirigido pelo Dr. George Harrar, que mais tarde seria presidente dessa fundação, para exportar a revolução agrícola a dos estados unidos ao México” (Brown, 1970). Este foi o primeiro passo para a “revolução verde”, financiada por uma fundação norte-americana. (Machado, 2014. Pg 51).

Seguindo esta análise, percebe-se que o desenvolvimento da agricultura e da indústria se dá a partir desse avanço tecnológico pautado pelos norte-americanos e financiado pelos mesmos e assim a agricultura e a indústria, seguem conectadas e obviamente aceitas pelos demais países e seus governantes em uma tentativa de avançar a produtividade e de tecnificar o campo, sem medir as consequências que esse modelo ia causar, seja no impacto ambiental ou na economia.

No Brasil o processo da “revolução verde” e da tecnificação da agricultura e desenvolvimento da indústria se deu a partir dos anos cinquenta que segundo Machado:

“a agricultura brasileira vivia, no final da década 1950/ início de 60, um quadro de atraso tecnológico. Ao mesmo tempo, a economia brasileira experimentava uma nova fase com a consigna de Juscelino Kubitschek de Oliveira, “50 anos em 5”. Na área agropastoril já sentia-se os efeitos da penetração norte-americana, através do “Programa Aliança para o Progresso”.

Cria-se o Sistema de Extensão Rural que desempenhou um importante papel na implementação da “revolução verde”. (Machado, 2014, pg 52).

Podemos dizer que a agricultura e a indústria brasileira já vêm com um pacto feito de subordinação à tecnologia e à economia norte-americana, evidentemente que esse desenvolvimento na agricultura foi acontecendo aos poucos, mas subordinado à indústria, priorizando a grande propriedade da terra. No Paraná, segundo Queiroz, o estado aderiu “à Revolução de 1930, com a abertura da colonização em terras do norte do Paraná pela Companhia Inglesa Paraná *Plantations*” (2011. Pg 09) para avançar na produção agrícola abrindo as terras que eram matas para a plantação do café no norte e para a produção de soja, milho e feijão no sudoeste e centro oeste do estado.

Para consolidar esse modelo, o estado brasileiro foi desenvolvendo parcerias com a iniciativa privada dando autonomia aos estados brasileiros para desenvolver a produção e a indústria que, segundo Queiroz:

A partir de meados da década de 1940, a procura de terras por gaúchos e catarinenses foi extraordinária na região central do Paraná. Aqueles que adquirissem os lotes de terra, teriam a proteção política e o amparo das seguintes companhias privadas de colonização que atuavam no oeste do Paraná: Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A e a Companhia Maripá que adquiriu 124 mil alqueires da Companhia Madeiras do Alto Paraná(Queiroz, 2011. Pg 09).

Evidentemente que a consolidação desse modelo foi extremamente maléfica à pequena agricultura e ao desenvolvimento local e regional. Priorizou o grande latifúndio e subordinou a agricultura à indústria, dando abertura o avanço do capital na agricultura e consequentemente à expulsão de milhares de pequenos agricultores familiares que deixaram suas terras em busca de empregos nas cidades, como nos relata Gonçalves;

Este desenvolvimento técnico-científico potencializou, por um lado, a capacidade

de geração de riquezas no espaço agrário, sobretudo pelo aumento da produtividade e da produção de mercadorias agrícolas, mas, por outro, ampliou as “artimanhas” e as estratégias de drenagem da renda da terra realizadas pelos agentes do capital, já que parte considerável dos recursos econômicos dos produtores rurais passou a ser drenada e distribuída entre suas várias frações, quais sejam: o capital fundiário, o capital comercial, o capital financeiro, o capital agroindustrial, estruturados em diversas escalas de atuação e domínio (local/regional, nacional e internacional). (Gonçalves, 2008. Pg, 54).

Esse modelo, de certa forma, veio a desenvolver a concentração da terra e conseqüentemente a artificialização da agricultura, subordinando a mesma ao capital financeiro e às grandes transnacionais que dominam todo o processo de produção, industrialização, comercialização e distribuição.

1.2.3 A luta pela terra e agricultura no neoliberalismo de 1980 até os dias atuais

Atualmente vive-se o chamado mundo unipolar dominado pelo império estadunidense e sua hegemonia centrada no capital financeiro que estabelece uma divisão mundial na qual os países centrais detêm a produção de tecnologias de indústrias e concentram a comercialização. Os países asiáticos têm produção manufatureira com superexploração da mão de obra e os países periféricos, chamados de países de terceiro mundo, são responsáveis pelos produtos primários, minérios, agropecuários e celulose, causando grandes impactos ao ambiente e superexploração do trabalho. Evidenciando isso, Gonçalves diz que:

Ao se tornar a principal nação capitalista da nova ordem internacional, aos EUA, interessou criar mecanismos para adequar o funcionamento do mercado mundial às suas pretensões geopolíticas, daí a importância em articular ativamente os

grandes acordos multilaterais de abertura de mercados, a (re) organização do comércio mundial, a criação das instituições internacionais para investimento em desenvolvimento, enfim, um conjunto de estratégias para casar as necessidades de desenvolvimento do País com os seus interesses geopolíticos na Europa, na Ásia, na África, na Oceania e, também, na América Latina. (2008 Pg. 57).

Portanto, esta globalização traz liberdade para o capital se estabelecer em toda a parte do mundo e sua ordenação se dá pela imposição econômica, ou pela força armada e pela organização interna, independente de políticas nacionais. Desta maneira, a agricultura é organizada sob o domínio das transnacionais e do capital financeiro. O movimento dessa transformação busca a ofensiva do capital financeiro que começa a controlar o setor produtivo como dominador e concentrador dos diversos setores produtivos que formam um conglomerado, no sentido de uma empresa ter investimentos em vários setores, mas centralizar o controle da produção e da distribuição. Segundo Gonçalves.

A industrialização da agricultura é uma das faces do período técnico científico e informacional que incorpora sociedades e territórios à sua lógica. Tais transformações impactaram as atividades agropecuárias pela revolução tecnológica, já que a agricultura incorporou os principais signos e transformações pelos quais passaram os demais setores econômico-produtivos. (2008 Pg 55).

Com esse reordenamento, o neoliberalismo inicia uma formação das sociedades anônimas, ações de empresas, internacionalização das empresas que atuam na agricultura, desnacionalização das empresas brasileiras, internacionalização dos preços dos produtos agrícolas e insumos industriais, aumentando a concentração fundiária do capital internacional. Os fazendeiros passam a ser modernizados e subordinados às multinacionais com métodos capitalistas de produção e superexploração da mão-de-obra e dos recursos naturais. Se estabelecendo como setor do agronegócio que tem suas alianças entre proprietários,

transnacionais e capital financeiro, visando o controle de territórios, das cadeias produtivas, distributiva e da tecnologia. Como nos diz Stedile:

Houve um processo acelerado de centralização do capital. Ou seja, uma mesma empresa passou a controlar a produção e o comércio de um conjunto de produtos e setores da economia, como a fabricação de insumos (fertilizantes químicos, venenos, agrotóxicos) e máquinas agrícolas, fármacos, sementes transgênicas e uma infinidade de produtos oriundos da agroindústria, seja ela alimentícia ou de produtos supérfluos.

Há uma simbiose cada vez maior, dentro de uma mesma empresa, entre o capital industrial, comercial e financeiro. (Stedile, 2013, pg. 24).

Este pacto na agricultura, cada vez mais tem levado a um descontrole dos preços dos produtos agrícolas, dos insumos, e das técnicas, agravando, com isso, a inserção dos pequenos agricultores na produção e na circulação dos alimentos. Assim, há uma perda da cultura alimentícia e da soberania alimentar. Como nos afirma Stedile:

Está em curso uma perigosa padronização dos alimentos humanos e animais em todo o mundo. A humanidade está sendo induzida a alimentar-se cada vez mais com verdadeiras “rações” padronizadas pelas empresas. A comida se transformou numa mera mercadoria, que precisa ser comida de forma massiva e rapidamente. Isso traz consequências incalculáveis para a destruição dos hábitos alimentares locais, da cultura, e riscos para a saúde humana e animal. (Stedile, 2013 pg.25).

Com essa forma de dominação política e cultural, demonstra-se a mudança que está em marcha na agricultura brasileira, não só na produção, mas em toda a sociedade pela mudança de hábito alimentar da população. Assim, cada vez mais há uma aliança entre o agronegócio e o capital industrial e financeiro, seja ele nacional ou internacional.

Nota-se nesse processo do agronegócio uma parceria ideológica de classe com os meios de comunicação da burguesia, em especial televisão, revistas e jornais, que fazem sua defesa e propaganda permanente como único projeto

possível, moderno e insubstituível. Portanto, a reprodução ideológica agora é realizada pelos meios de comunicação de massa. E há uma simbiose entre os grandes proprietários dos meios de comunicação, as empresas do agronegócio, as verbas de publicidade e o poder econômico. (Stedile, 2013,pg. 30).

Nota-se que cada vez mais a agricultura tem se tornado um refúgio para o grande capital, seja ele pela forma de exploração ou como reserva econômica. Ou seja, tem se tornado um campo de produção para o agronegócio, e todo o projeto que o governo desenvolve massivamente é para consolidar esse modelo, que busca a produção de matéria prima para a exportação, seja ela como produção de soja, milho, para alimentação de animais ou humanos, ou como celulose, cana-de-açúcar para fabricação de etanol, ou minério para garantir a balança comercial. Assim a agricultura fica refém de um modelo que prima pela exportação e não se preocupa com o desenvolvimento da produção de alimentos.

1.2.4 A luta pela terra do MST Região Centro do Paraná

A luta pela terra do MST na Região Centro do Paraná, como em todo o território nacional, é fruto dos conflitos agrários e do descaso dos governantes com os pequenos agricultores camponeses. Portanto, a luta nesta região se deu por um expressivo conflito de terras com a construção da Itaipu, ou seja:

Nos anos de 1970, o Estado do Paraná foi marcado pela expulsão dos camponeses de suas terras numa escala nunca antes vista no Brasil. No prazo de dez anos, foram cerca de 100 mil pequenos proprietários rurais. Posseiros, meeiros e arrendatários já sofriam um processo de expulsão devido à mecanização da agricultura. Para piorar a situação, a construção da Hidrelétrica Binacional Itaipu levou à desapropriação de mais de 12 mil famílias de oito municípios do extremo Oeste do Estado. (Morissawa, 2004, pg.121).

Segundo relato dos atingidos pela Itaipu, num primeiro momento o projeto exigiu a desapropriação de 6.263 parcelas com tamanho médio de 13 ha. O valor das indenizações foi considerado extremamente baixo pelos produtores, porque não calculou o valor das benfeitorias, isso levou as famílias a se organizarem para pressionar os responsáveis por esse processo que se consolidava.

No entanto, a politização do processo de luta pela terra se deu com a participação e cursos de formação organizados pela Igreja Luterana, pela Católica, pela inserção dos sindicatos nos movimentos pela terra e pela indenização dos atingidos pelas águas da barragem de Itaipu. Com esse processo de politização, em 1980, eles se reuniram durante 16 dias em frente ao escritório da Itaipu e iniciaram negociações por uma indenização mais justa. As negociações prosseguiram no plano jurídico, até o ano de 1982. Mas o principal resultado desse processo foi o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem Terra no Oeste do Paraná – MASTRO, que se estruturou com o apoio do Movimento Justiça e Terra do Paraná.

A partir do processo de articulação de vários movimentos, surgidos nos momentos de conjuntura desfavorável para os camponeses e proletários, de 21 a 24 de janeiro de 1984, um grupo de quase cem trabalhadores Sem Terra realizou uma reunião histórica em Cascavel, cidade no oeste do Paraná, para configurar a nova organização, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Onde foi pensado um movimento nacional, autônomo em relação às igrejas, partidos políticos e o Estado. (Diagnóstico Sobre Sistemas Agrários, p.16, 2005).

Além desse processo de lutas e da ação das famílias atingidas pela Itaipu por conta da modernização da agricultura, a luta pela terra dos trabalhadores sem terra estava presente nesta região antes mesmo do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. No entanto, sua luta e seus ideais se direcionavam mais no sentido de organizar o povo sem terra que estava sendo expulso pelo modo de produção adotado na região Centro do Paraná. Diante dessa conjuntura, desenvolve-se um processo de diálogo permanente com as famílias que eram atingidas pela barragem e pela expulsão de suas terras para que, os sem terra desencadeassem uma organização para lutar pela terra e construir uma organização sólida.

Assim, o processo de luta pela terra nesta região se manteve com objetivo principal, em seus 30 anos de existência, de acabar com o latifúndio e desenvolver um processo de produção que garantisse a autonomia e a soberania alimentar das famílias Sem Terra. Várias formas de organização coletiva, de produção, de cooperação e organização política se fazem presentes como articuladoras das famílias assentadas para que as mesmas possam se tornar autônomas em relação ao seu processo de luta.

Foi na busca pela terra que se realizaram várias formas de luta, sem resistir à modernização na agricultura, as ações se davam em diferentes latifúndios. Mas é preciso que se admita que existe uma diferenciação quanto à topografia dos assentamentos mais antigos e dos mais novos. Fator explicável são as primeiras organizações de camponeses sem terra que não tinham muita articulação e clareza do que esse processo poderia causar. Além disso, nesse período dos anos 80, a repressão feita pelos latifundiários era de forma direta, ou seja, os latifundiários pagavam os pistoleiros para executar os sem terra e, em especial, as lideranças. Além disso, o apoio da sociedade aparecia timidamente em vista da repressão vivida pela ditadura militar. De maneira que:

As primeiras áreas ocupadas, ainda sem a presença organizativa em forma de MST, foram de certo modo pequenas, de difícil acesso e terreno declivoso ou, muito pedregoso. Esses fatores condicionam, até hoje, a produção em muitos assentamentos. (INCRA, 2009).

O MST se afirma como organização de expressão regional com a ocupação de um latifúndio improdutivo, no ano de 1987, no Interior do município de Cantagalo – PR, com aproximadamente 800 famílias, totalizando em média quatro mil e duzentas pessoas. A área foi desapropriada um ano depois, dividida em dois assentamentos, Jarau e Ouro Verde, sendo assentadas, em média, 120 famílias. As demais famílias se somaram às outras ocupações que aconteciam nesse mesmo período. Com a conquista desses latifúndios, houve um avanço no processo da luta pela terra e o crescimento da consciência organizativa dos acampados e assentados do MST.

A luta pela terra aqui não foi fácil NE. A gente tinha de ficar atento a tudo e se cuidar dos pistoleiros, além do acesso ser ruim. Mas foi nesse

processo que aprendemos que a luta vale apenas, e que temos de trabalhar unido, e agora ainda mais seja na educação na formação e na produção. (Curió¹³, 2013).

Outro debate que acompanhou o MST desde o seu surgimento foi o da cooperação, que segundo as palavras de um dirigente:

Este foi marcado desde o princípio das ocupações como forma de construir formas organizativas autônomas e independentes, e que interferissem no modelo de produção da região em específico mostrar que os assentamentos de reforma agrária dão certo e produzem em escala. (Mocotó¹⁴ 2014).

Assim, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se afirma como movimento de luta pela terra e, acima de tudo, um movimento político que se opõe a qualquer forma de opressão causada pela ação capitalista. Com esse processo, a luta pela terra na Região Centro do Paraná atinge todos os municípios da região, conquistando vários latifúndios e assentando mais de seis mil famílias, as quais desenvolvem vários tipos de produção, seja para o mercado ou para o sustento familiar.

¹³ Companheiro assentado que acompanhou toda a luta do MST na região.

¹⁴ Membro da direção regional do MST

CAPÍTULO 2 – AS CONCEPÇÕES PRODUTIVAS NA SOCIEDADE.

Neste capítulo busca-se introduzir brevemente as concepções de agricultura que se manifestam na sociedade e quais as visões que se têm e suas consequências para a humanidade. Evidentemente que não se pretende tirar nem uma conclusão, apenas tomar posição mostrando as diferenças. Em minha escrita optei por reduzir o número de autores, sabendo que todos são valiosíssimos e contribuem com a leitura e a escrita e interpretações do atual modelo de agricultura. No entanto, priorizei alguns por questões metodológicas e para não dar grande volume no trabalho.

2. 1 Um Olhar sobre a Agricultura.

Vivemos um período em que a tecnologia domina o processo produtivo e busca novas fronteiras agrícolas para suprir as demandas do mercado. Segundo a revista *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, “a necessidade de aumentar a produção de grãos, fibras e biocombustível tem intensificado a agricultura e promovido uma expansão da fronteira agrícola no mundo” (2013, pg 56n1/2). Gonçalves aponta que, as “soluções, as inovações e os pacotes biotecnológicos destinados à agricultura e agroindústria” que o agronegócio apresenta, destacam-se as “sementes transgênicas, a clonagem de animais e plantas, as bactérias, bacilos, fermentos e microorganismos utilizados na produção de cervejas, vinhos, álcool, iogurtes”. O autor ainda nos diz que, entre outras, se apontam as “mercadorias biológicas” como as grandes vedetes da bioindústria para o desenvolvimento rural e agroindustrial”. (2008. Pg. 74)

Observa-se que a consequência desse avanço da produção nas novas fronteiras agrícolas tem aumentado as desigualdades sociais e promovido um maior desequilíbrio ambiental, em específico onde não há acompanhamento e planejamento da produção. Reafirma a revista que “quando essas atividades não são acompanhadas de práticas conservacionistas adequadas, as consequências ao ambiente devido à erosão hídrica e ao uso intensivo de insumos causam geralmente

impactos negativos ao solo e à água” (Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, 2013. Pg 56n1/2).

Hoje o Brasil busca expandir sua fronteira agrícola ancorado com tecnologias laboratoriais que não incluem a pequena agricultura, ou, a agricultura familiar. O que nos deixa clara uma realidade subserviente em que o domínio é das empresas transnacionais, como nos alerta, mais uma vez, a revista *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, que o nosso país:

Vivencia a possibilidade de cultivo de 18 variedades de Milho transgênico, 12 de algodão e 5 de soja ... elas substituem a centenas de variedades de milho, algodão e soja que nossos agricultores podiam escolher há 10 anos. Naquela época os ganhos de produtividade do milho e da soja nacional superavam os observados nos EUA, e a EMBRAPA respondia por 70% do mercado brasileiro de sementes de soja. Hoje as sementes não são nossas, os agricultores não podem escolher nem manter suas reservas. A contaminação é inevitável e a Embrapa não controla 5% do mercado nacional de sementes. (revistas *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável* 2013. Pg 67n1/2).

Vivenciamos aqui uma perda inestimável da soberania nacional; se por um lado essa tecnologia facilita o processo produtivo e aumenta a produtividade, por outro, leva a uma desagregação da agricultura, deixando agricultores e o próprio estado brasileiro reféns das grandes corporações internacionais. Machado, alerta dizendo que “Assim, as consequências sociais, econômicas, ambientais, políticas e éticas que estamos vivendo, a insegurança alimentar, são, no mínimo, perversas, além de desastrosas” (2014. pg. 55) o mesmo ator vai além diz que, A “revolução verde” e seu sucedâneo, o agronegócio, é, sem dúvida, uma das causas das catástrofes sociais que a humanidade está vivendo (2014. pg. 58).

No entanto, a busca por novas tecnologias e aumento de produtividade em vista de obter lucro não param por aí. Observamos que há uma demanda muito grande por novos agentes “biológicos” e químicos para avançar na produtividade e produção:

A geração mais recente das plantas HT sob a avaliação da CTNBio, variedades de milho soja e algodão tolerantes ao 2,4D, prometem novos passos na guerra química nacional, com aviões pulverizadores herbicidas classificadas como extremamente tóxicas, avaliadas como possíveis causadores de alterações hormonais, neurotoxicidade, danos carcinogênicos e teratogênicos, entre outros, cujo impactos serão percebidos apenas quando não puderem ser controlados. (revista Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável 2013. P. 69).

Evidentemente que o avanço do capital na agricultura não está preocupado com a saúde humana, apenas com a obtenção dos lucros e de expansão do mercado para expandir suas novas invenções tecnológicas, como nos diz Gonçalves: “Esta movimentação do capital repercutiu na formação de mega conglomerados no segmento da bioindústria, ampliou a capacidade de pesquisa e inovação, bem como de oferta de produtos biotecnológicos, que são comprados e vendidos em um mercado regulado pelas patentes e direitos comerciais (*royalties*)” (2008. Pg. 73).

Além da busca de novos mercados do domínio total do capital, os estados e seus governantes se sujeitam a lógica do capital, as políticas públicas desenvolvidas pelo estado vêm contra o desenvolvimento nacional, pois se orientam para a produção em larga escala monocultivada para suprir a demanda internacional. Por outro lado, as políticas públicas voltadas à agricultura familiar camponesa levam a uma disputa entre as mesmas, e, que em grande parte ficam reféns do modelo de desenvolvimento dessa agricultura tecnificada para a grande propriedade.

Se olharmos do ponto de vista dos consumidores o quadro é ainda mais complicado, pois a grande massa de consumidores não sabe nem a origem dos produtos, como nos aponta Gonçalves:

No caso dos consumidores, a disseminação da produção de sementes transgênicas implica na oferta de alimentos ainda mais contaminados, já os alimentos processados com matérias-primas transgênicas, segundo estudos, podem causar alergias, alterações genéticas futuras e contém altas

doses de resíduos químicos de herbicidas. (2008. Pg.78).

Este modelo de produção ainda está em expansão e não tem limite em busca de obter lucros. Por outro lado, aparece resistência de consumidores, de produtores que tendo consciência e conhecimento buscam alternativas de produção em vista de contrapor o modelo que se hegemonizou na sociedade.

2.2 As Concepções produtivas do agronegócio.

Pode-se afirmar que a agricultura com base no agronegócio é hoje o setor que mais avançou em termos de tecnologia e produtividade em razão da aliança compactuada entre o capital financeiro, o capital industrial e o próprio estado brasileiro, como afirma Gonçalves:

A partir do momento em que as indústrias e as empresas comerciais passaram a se integrar de maneira mais sólida com a agricultura e se aprimoraram cada vez mais, impulsionaram e reforçaram esta relação. Assim, contribuíram gradualmente para a estruturação do agronegócio, cuja força e ímpeto lentamente transformaram a agricultura mundial, sobretudo pelas impressionantes mudanças estruturais verificadas em vários países do mundo, desencadeados pelos agentes condutores do processo de modernização da agricultura. (2008. Pg. 84)

Esta aliança entre o capital financeiro e a indústria proporcionou um avanço significativo do capital na agricultura, conforme nos apontou Gonçalves, para a consolidação do agronegócio, além dessa aliança, Alves et al, apontam que:

No campo, a qualificação profissional, no entanto, deverá avançar para além dos treinamentos pontuais ou formais, procurando despertar, nos trabalhadores e nos empregadores, a cultura do empreendedorismo, para o aproveitamento das novas oportunidades que surgirem na produção e na transformação de alimentos. A julgar pelo

desenvolvimento tecnológico nas atividades agrícolas, os produtores demandarão, cada vez mais, mão de obra com alta competência para trabalhar com mecanização, automação, robótica, instrumentação avançada, sensoriamento remoto e tecnologias de precisão aplicadas a condições específicas de manejo nas propriedades rurais. (2014, pg.135).

É evidente que há uma intenção, na forma de apropriação da riqueza e de transferência de renda, para uma pequena parcela de produtores de grandes portes, que além de terem o domínio e acesso às tecnologias, têm o privilégio das políticas do estado brasileiro, conforme afirmam Alves et al:

A financeirização no agronegócio produziu um distanciamento entre a esfera da produção (seja o cultivo, a pecuária, a pesca ou a produção agroindustrial) e o seu controle (CLAPP, 2013). Há dois aspectos que contribuíram para o aumento dessa distância. O primeiro está relacionado ao maior número e variedade de tipos de atores envolvidos nas cadeias agro-alimentares globais (empresas de *trading*, fundos de pensão, agentes de investimento, demais investidores institucionais, acionistas, empresas de securitização entre outros). O segundo aspecto é a relativa abstração da produção física em relação aos derivativos de commodities agrícolas. Tais produtos são considerados investimentos financeiros que fornecem uma oportunidade de diversificar o portfólio financeiro sem a necessidade de uma compra física, uma vez que o importante é gerar liquidez. (2014, pg. 252).

A ciranda financeira não fica apenas no ramo agroindustrial. Vai além, atinge todos os ramos da agricultura, é uma lógica envolvente na qual o que predomina é o agronegócio, ou seja, os “recebíveis” ou “direitos creditórios”, isso é, os compromissos futuros de entrada de caixa a um nível de risco conhecido, passaram a servir de lastro para diversos outros segmentos, como produtores de insumos agroquímicos, sementes, máquinas e equipamentos (2014, pg.259). Com esta lógica, segundo Alves et al, “O Brasil está entre os maiores produtores de soja e milho do mundo, tendo produzido 66,4 milhões de toneladas de soja e

72,9 milhões de toneladas de milho na safra 011/2012. As principais regiões produtoras localizam-se no Centro-Oeste, no Sudeste e no Sul do País” (2014, pg. 356).

Evidentemente que a produção em larga escala está centrada no agronegócio, pois a estimativa de investimentos financeiros do governo federal para esta safra 2014/2015 é de um montante de 156 milhões de reais, além dos investimentos, pode-se afirmar que:

Esse sistema encontra no melhoramento genético e nos conhecimentos de biologia avançada seu ponto focal, o integrador do sistema, o que permite combinar as distintas sub-trajetórias evitando descompassos e viabilizando a difusão e adoção de outras tecnologias. Os exemplos são vários, cabendo citar alguns deles: a) variedades melhoradas de adensamento produtivo em cultivos de grãos e também em cultivos permanentes (café adensado), ambas aumentando o retorno da aplicação de fertilizantes; b) técnicas de ambiência e redução do período de produção de aves; c) sistemas de identificação de avaliação de reprodutores e controle de monta em sistemas rotacionados de pastoreio; d) melhoramento de raças de microrganismos para fixação de nitrogênio; e) criação de bancos genéticos e prestação de serviços para empresas produtoras de inoculantes para variedades de soja e feijão. (Alves et al, 2014, pg 387).

É nesta concepção e configuração que se afirma o agronegócio, não só como um modelo de produção, mas com a expressão do que é mais avançado na atualidade, e com todo este aparato ele se torna uma opção hegemônica na produção brasileira, pois envolve todas as áreas de conhecimento e, na sua grande maioria, o estado brasileiro coloca-se a seu serviço. Segundo Alves et al:

Por um lado, o agronegócio se consolida com base em uma produção em escalas produtivas elevadas, em patamares nunca antes encontrados, o que o desvincula, ao menos temporariamente, da criação de empregos de baixa qualificação. Por outro lado, empregos desse tipo são cada vez menos demandados, o que aponta para a qualificação da

mão de obra e os desafios educacionais do País.
(Alves et al, 2014, pg. 392).

2.3 As concepções produtiva da agroecologia.

O debate da agroecologia tem se tornado amplo e com várias concepções, desde as perspectivas que o entendem como sendo um modo de vida até uma pura técnica; se fôssemos olhar toda a literatura já produzida ficaríamos dias ou mesmo meses na tentativa de compreender e chegar a algum conceito que se aproximasse do real concreto, ou das contradições da agricultura. No entanto, vou me ater à referência das bases nas quais Machado se pauta, e, que partem da prerrogativa que “Nessa medida, entendemos a agroecologia como um método, um processo de produção agrícola – animal e vegetal – que resgata os saberes que a “revolução verde” destruiu ou escondeu” (2014, Pg. 36).

O que se busca no processo de produção é tornar novamente a agricultura viável para a produção de alimentos e não como mercadoria, todavia, esta produção precisa ter escala e deve primar por melhor condição de vida de quem produz. No entanto, a agroecologia, para Machado, “[...] dispõe de conhecimento para superar a monocultura e a quebra da biodiversidade, consequências inexoráveis do agronegócio” (2014, pg. 37). Assim, os autores vão além e trazem a noção de agroecologia como uma prática capaz de enfrentar o modelo de produção atual.

Por isso, as tecnologias limpas devem ser dominadas pelos técnicos, para que eles possam levá-las aos agricultores, independentemente da escala, seja pequena, média ou grande: substituição das monoculturas pela rotação de culturas; proteção dos biomas com reserva de áreas na unidade de produção que permaneçam intocáveis, como reservas biológicas; sucessão animal-vegetal; proscricção definitiva do arado e da grade (não se move o solo!); restituição da fertilidade do solo sem uso de fertilizantes de síntese química (Machado 2014, pg. 37 – 38).

Evidentemente que, nesta concepção, se aponta uma nova forma de produzir que nega a produção do agronegócio e prima pela

produção de alimentos saudáveis e em grande escala, para isso, o principal ponto é o conhecimento e a saúde do solo, pois um solo saudável é um solo que garante uma produção em escala de forma equilibrada, sempre integrando a produção animal e vegetal com uma biodiversidade abundante.

No que tange a biodiversidade e a produção, Hamid (2013) chama atenção do mundo para o problema do declínio da diversidade de espécies de plantas e de animais em todo o planeta, segundo o autor, cerca de 75% da diversidade genética de culturas agrícolas foi perdida no último século. Ele vai além, e diz que um dos principais fatores responsáveis por estes números é o cultivo, por agricultores de todo o mundo, de variedades geneticamente uniformes e de alto rendimento e o abandono de muitas variedades locais. Ainda de acordo com Hamid, existem 30 mil espécies de plantas, mas apenas 30 culturas são responsáveis por fornecer 95% da energia fornecida pelos alimentos consumidos pelos seres humanos; a maior parte delas (60%) se resume a arroz, trigo, milho, milheto e sorgo. Mas, se olharmos entre os animais, Hamid diz que aproximadamente 22% das raças bovinas no mundo estão em risco de extinção.

Por isso concordamos com Machado quando diz que “se não mudarmos a lógica da produção, o planeta brevemente se destruirá”. É assim que o pesquisador chama-nos a atenção para o fato de que a produção da agroecologia precisa ter escala de produção e produzir alimento limpo para a humanidade, embora para isso a agroecologia tenha que levar em conta várias dimensões.

Além destas, Machado destaca como centrais mais nove dimensões da agroecologia: dimensão política, a tecnologia não muda as dimensões sociais, mas a agroecologia aponta elementos centrais de enfrentamento; dimensão econômica, qualquer proposta de mudança produtiva deve gerar resultado financeiro – renda; dimensão ambiental, qualquer procedimento agrícola deve eliminar ou causar menos impacto ao ambiente que maneja; dimensão energética, a mudança de produção requer mais aproveitamento da energia solar e equilíbrio do fluxo de energia e ciclagem de nutrientes; dimensão cultural, qualquer projeto de mudança precisa respeitar as questões culturais e a autonomia dos povos; dimensões administrativas, todo o modelo de produção precisa ser apropriado pelo produtor que planeja a sua produção, controle das sementes, produção, armazenagem e distribuição; dimensões técnicas. É necessária a apropriação e domínio de qualquer técnica ao produtor, por

isso os técnicos e camponeses precisam saber sua aplicabilidade; dimensões éticas, relação de respeito entre os seres humanos e natureza; e por fim, a dimensão da soberania alimentar, os povos precisam ter controle do que plantam e do que comem, tendo autonomia sobre as sementes os insumos, isto traz soberania pessoal e para o país.

Desta forma, percebemos que a agroecologia é um novo modelo de produção que aponta elementos de uma nova sociabilidade, por isso qualquer concepção de agroecologia ou de produção precisa se contrapor ao modelo de produção do agronegócio, que destrói a biodiversidade colocando em risco a vida no planeta.

2.4 As concepções que se materializaram no assentamento Ireno Alves dos Santos.

Evidentemente que o processo produtivo do assentamento Ireno Alves dos Santos, em sua grande maioria, está sob o domínio do agronegócio, ou seja, a agricultura como um todo está subordinada e atrelada ao desenvolvimento da grande indústria e do capital financeiro. *A priori* se percebe que as políticas públicas¹⁵ voltadas para o desenvolvimento produtivo dos assentamentos têm deixado de lado a produção de alimentos e o desenvolvimento de um campesinato que prime pela relação entre produção e ambiente.

Paulatinamente este modelo leva os agricultores a ter uma visão produtivista, não tomando em consideração o ambiente e os recursos naturais. A princípio a política desenvolvida pelo estado brasileiro prima pela manutenção do capital na agricultura, subordinando-a ao capital financeiro, isso leva a uma concentração de terra e de renda para uma pequena parcela da população, deixando a grande maioria do povo que vive na agricultura subordinada a uma política assistencialista e subalterna ao agronegócio.

Por outro lado, este modelo de agricultura tem sua hegemonia por um pacto desenvolvido junto aos meios de comunicação de massa e pela macroeconomia do governo que subsidia a produção de matéria

¹⁵Para Saber mais, ver normas do Pronaf – Programa de fortalecimento a agricultura familiar, que em sua essência está ligado ao capital financeiro e eleva a subordinação do agricultor.

prima para a exportação. No entanto, a síntese desse modelo é a destruição do ambiente e o esgotamento dos bens naturais que cada vez mais tem gerado conflitos e tentado, de qualquer maneira, acabar com os povos que ainda resistem.

Por isso, ao falar de desenvolvimento da agricultura da Região Centro do Paraná, e em específico no assentamento, é necessário levar em consideração a maneira pela qual se constituiu a ocupação de terra nesse Estado, como se citou anteriormente, lá se teve por modelo predominante o grande latifúndio e, num primeiro momento, se fortaleceu com a criação de gado, da extração da erva-mate, da derrubada das florestas. Mais tarde se adotaram os pacotes tecnológicos chamados de revolução verde, caracterizada pelo uso de adubos químicos sintéticos, agrotóxicos, sementes melhoradas geneticamente, uso de máquinas pesadas, uso restrito de força de trabalho, produção em larga escala e monocultura.

É evidente que o agronegócio com grande tecnologia está fora do alcance dos pequenos produtores, seja pelo alto custo que representa, ou pelo tamanho de área necessária para que sejam viáveis. No entanto, mesmo estando fora do seu alcance, os pequenos agricultores adotaram esse modelo, seja, pela facilidade que o mesmo traz para os agricultores, seja pela imposição das próprias políticas públicas do governo.

Por outro lado, sabemos que esse modelo, hoje representado pelo agronegócio, é muito frágil, pois é dependente de subprodutos de petróleo que é um produto finito, que eleva o custo de produção, mostrando sua fragilidade, já que destrói o ambiente e cria plantas e animais dependentes de tratamentos já impostos pelas grandes empresas que detém a tecnologia. Trata-se, ainda, de um modelo dependente do mercado internacional que constitui uma agricultura subordinada ao capital financeiro e às indústrias internacionais. Além dessas observações, o agronegócio é frágil e extremamente dependente do estado e das políticas do governo federal estadual, pois se tem juros privilegiados e subsidiados de 6,5%, as moratórias sem pagamentos de dívidas, a exportação sem imposto (Lei Kandir) e as externalidades ambientais, isto é, a contaminação ambiental com enormes custos sociais e com consequências irreversíveis.

Evidentemente que o meio rural brasileiro está em uma fase na qual o agronegócio se consolida, mas ao mesmo tempo tem suas

contradições, que os próprios autores do agronegócio e que estudam o agronegócio evidenciam:

A manutenção do padrão tecnológico que ainda vige demanda investimentos em indústria pouco dinâmica, caracterizando fenômenos de esgotamento de trajetórias tecnológicas, em que ora produtos novos são excessivamente caros (defensivos agrícolas) ou praticamente não existem inovações (fertilizantes químicos), exigindo um esforço no desenvolvimento de produtos que implicam prestação de serviços aos agricultores (métodos de controle integrado de pragas; biofertilizantes). Em geral, com a exceção do sopro de vida dado pelos transgênicos, a produção agrícola demandaria maior atenção do produtor, o que contraria a tendência de ampliar a área produtiva dos estabelecimentos rurais nos cultivos-plataforma (milho, soja e algodão). (Alves et al, 2014, pg. 392-393).

Estes autores indicam que os marcos regulatórios são preocupantes, indicam também a saída possível, seja ela ambiental ou de outra natureza. Eles entendem que seja viável um avanço significativo via tecnologia:

Como ocorre em todo sistema, a ação regulatória, seja por razões ambientais, seja pela ação em defesa do trabalhador, deve ser definitivamente incorporada aos sistemas produtivos. Aumentar a produtividade pela via da intensificação do processo de trabalho torna-se cada vez menos viável. Introduzir sistemas de informação e controle de processos – ainda que se diga que a onda de tecnologia da informação já passou – torna-se crucial. (Idem)

Segundo Delgado (2014) o que determina a constituição e reestruturação do agronegócio é uma estrutura anterior em processo de adaptação às novas condições históricas e situacionais. Precisamente o que ocorreu com a economia do agronegócio - um sistema de relações de produção das cadeias agroindustriais com a agricultura, alavancado pelo sistema de crédito público e pela renda fundiária (mercado de terras). São essas bases sólidas que determina a funcionalidade do agronegócio como modelo dominante e hegemônico na sociedade, por

isso sua capacidade de se renovar e envolver todo o campo brasileiro em seu projeto produtivo.

Por fim, compreender o processo organizativo e produtivo do Assentamento Ireno Alves dos Santos é compreender o momento atual da agricultura, pois a forma que se estabelece e se constitui a organização da produção é fruto de um processo histórico que torna culturalmente aceitável e aplicável na atualidade esta forma organizativa.

Todas nossas observações e nossos estudos apontam para o fato de que o domínio hoje, que se estabelece no assentamento Ireno Alves, é do modo de produção do agronegócio que subordina a agricultura à indústria, e a síntese dessa subordinação é a integração entre capital financeiro, capital industrial e agricultura.

Evidentemente, a produção que se hegemoniza é a monocultura de soja e de milho. Mesmo que atualmente na região o que predomina na agricultura camponesa familiar seja o cultivo de fumo, milho, feijão, soja e bovinocultura leiteira, sendo que o leite é a principal alternativa geradora de renda mensal para as famílias, esta atividade ainda é pouco especializada, necessitando de investimentos e melhorias, pois a técnica predominante é ainda a do modelo químico e, além disso, o produto é comercializado *in natura* para grandes empresas que levam a outras regiões para industrializar.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DO PROCESSO ORGANIZATIVO E PRODUTIVO DO ASSENTAMENTO IRENO ALVES DOS SANTOS.

Neste capítulo busca-se evidenciar as várias visões socioeconômicas que se manifestam no assentamento. Paulatinamente, procura-se evidenciar os dados da produção e dos processos organizativos, na tentativa de trazer presentes os sujeitos que estão envolvidos de forma direta e indireta na vida dinâmica do assentamento.

3.1 A constituição e as bases produtivas do assentamento Ireno Alves dos Santos.

Como já se mencionou, o assentamento Ireno Alves dos Santos é fruto da luta pela terra, dos conflitos instaurados no campo brasileiro e da ação permanente dos Sem Terra. A consolidação do assentamento se deu no ano de 1998, e assim começa a discussão da organização do assentamento e conseqüentemente das famílias e do processo produtivo.

Num primeiro momento, as famílias buscaram-se afirmar como assentadas, como sujeitos com a posse da terra já que o processo pelo qual elas passam desconsidera qualquer tipo de bem material, por isso ficam vulneráveis para qualquer proposta que prometa incluí-las na sociedade. Essa inclusão geralmente se dá pela produção e pela organização das suas moradias, o que nem sempre acontece de imediato.

A tentativa de produzir alimentos e constituir suas moradias de imediato em determinado momento da conquista da terra, leva a parcerias com setores ligados ao agronegócio e ao comércio local. Isto deixa as famílias em uma relação de dependência, de certa “obrigação” com as cooperativas locais e com os setores que a financiam suas produções. Além dessas a própria cooperativa ligada ao MST, chamada Cograri, teve sua base calcada no agronegócio, ou seja, sua produção era de larga escala na produção de soja, feijão e milho, sendo que as famílias que se associavam teriam que adotar esse modelo querendo ou

não, levando a cooperativa se tornar o maior vendedor de veneno da região.

Em 2006, oito anos após a consolidação do assentamento, o modelo do agronegócio estava consolidado e foi feito um diagnóstico que apontou como estavam organizadas e constituídas as habitações familiares e as suas características:

As características da habitação indicaram que (50,9%) residem em casas de alvenaria, sendo que a maioria possui quatro peças ou mais (68,5%); embora 31,5% tenham entre um a três peças. As casas possuem em média 4,4 peças. A maior parte das casas (81,4%) possui dois ou mais dormitórios, no entanto, 5,6% não dispõem de dormitório. Considerando-se que o número médio de dormitórios foi de 2,2, percebe-se que há uma concentração relativamente alta de pessoas por residência, uma vez que o número médio de pessoas nas casas foi de 5,1. Em relação ao acesso à energia elétrica, observou-se que quase todas as casas (96,3%) possuem acesso à rede elétrica. (diagnostico de sistema produtivo, 2006, pg. 40).

Estes dados mostram um primeiro passo no processo de organização do assentamento e este elemento é o que define a forma que as famílias vão se organizar para produzir, pois sem moradia não há possibilidade de organização da produção.

No entanto, o processo de organização da produção no assentamento inicia-se com o acesso ao crédito destinado pelo governo federal para a estrutura produtiva. O investimento é feito, mas não é direcionado às linhas produtivas estratégicas. Assim, as famílias, na sua grande maioria, destinam esses investimentos para a produção de milho, soja e feijão que acabam sendo revertidos em custeio de produção e os investimentos vão para a compra de sementes, adubos, venenos e pagamento de máquinas na execução das lavouras perenes, e essa forma de produção teve como exclusividade pautada pela Coagri, cooperativa do MST, que financiou as famílias sem dar alternativa.

Por outro lado, segundo Pereira¹⁶ (2014) “a discussão feita coletivamente era que o investimento fosse aplicado na linha de

¹⁶ Assentado membro da direção do assentamento

produção leiteira, mas que na realidade nunca foi priorizada¹⁷. O grande incentivo era para que se comprassem vacas, no entanto a grande maioria não sabia lidar com gado leiteiro e não havia nem formação, nem estruturação do camponês para lidar com esse tipo de produção. Conforme aponta o diagnóstico dos sistemas agrários de 2006:

Em alguns municípios tentou-se seguir algo parecido, mas a direção tomada é a de produção convencional baseada¹⁷ no amarramento ao mercado, espécies de pastagens não adaptadas, dependentes de alta carga de insumos químicos sintéticos, exemplam a tifton, que passou por um processo de viciação¹⁸ nos EUA (Estados Unidos da América), sendo esta a indicada e só beneficiando os camponeses com o projeto se este aderisse a introdução desta pastagem. Mais uma vez o leite é considerado por algo secundário, onde se faz, mas não com intuito de crescimento e melhora de vida, mas sim de fortalecimento da indústria e comércio. (diagnóstico de sistema produtivo, 2006, pg. 41).

Percebe-se que, mesmo os assentados que vêm de um processo de luta e de resistência contra o latifúndio, na hora de organizarem suas produções ficam reféns do modelo dominante. Porque as políticas públicas já vêm direcionadas, pela lógica de inserção do mercado e pelas tecnologias que lhe são oferecidas isto para subordinar ainda mais os camponeses:

As empresas que intervêm diretamente no processo são em primeiro momento aquelas que trabalham com cereais, e insumos agrícolas sendo elas, pequenas, médias e grandes. As mais presentes são de pequeno a médio porte, são de proprietários únicos ou com sócios, sendo estes da região e mais especificamente das cidades a qual atuam, são empresas que mantêm uma relação mais direta com os camponeses, fazendo a negociação dos produtos, os denominados atravessadores, que entregam o produto a

¹⁷ Que tem base está amarrada, ancorada.

¹⁸ Algo que tem dependência nesse caso depende de tratamento químico e grande quantidade de nitrogênio.

empresas maiores, as quais fazem o processamento e industrialização. (diagnóstico dos sistemas agrários de 2006. Pg 42).

Na realidade, percebe-se que diretamente a organização dos assentados se dá pela produção, e como detecta o diagnóstico, as empresas de insumos e venenos estão diretamente organizando as famílias, ou seja, os assentados estão em uma constante disputa. O mesmo diagnóstico aponta que:

Há distinção entre as empresas, já que algumas são mistas, vendem insumos e compram a produção, estas foram e são muito utilizadas pelos camponeses, pois o crédito rural de custeio por via governamental normalmente é liberado atrasado, então para conseguirem fazer as lavouras é necessário negociação direta com empresas, comprometendo a produção e ainda mais os juros agregados ao prazo de pagamento da dívida. Outras categorias são especializadas em compra ou venda. (diagnóstico dos sistemas agrários de 2006. Pg 42)

3.2 Dados Populacionais do Assentamento Ireno Alves dos Santos e Município do Rio Bonito do Iguaçu.

O Assentamento Ireno Alves dos Santos tem hoje 934 famílias assentadas, outras 578 se encontram no Assentamento Marcos Freire. Estes grandes assentamentos representam um marco na luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na região, no Paraná e também no Brasil, pois foi a maior ocupação feita por pessoas em uma fazenda que no passado foi grilada e tinha forte poder econômico e milícias armadas.

O Assentamento Ireno Alves dos Santos tem uma área total de 16.852,16 ha, com uma área da Reserva Coletiva de 3.379,31 ha, superfície Agrícola Útil de 11.586,03 ha. Cada lote tem em média 12,4 hectare e uma população em torno de 4.300 Pessoas.

3.2.1 Dados levantados no assentamento Ireno Alves dos Santos mostram a idade dos filhos das famílias que residem no assentamento.

Tabela: 01 Faixa Etária dos Filhos dos Assentados do Assentamento Ireno Alves.

Descrição	Nº Pessoas	%
< DE 5 ANOS	235	5.46%
5 – 10 ANOS	550	12.80%
11 – 20 ANOS	1.429	33.13%
21 – 30 ANOS	550	12.80%
31 – 39 ANOS	707	16.45 %
Total de filhos	3.471	80.73%
Casais parceleiros	829	19.67%
Total de pessoas	4.300	

Fonte CEAGRO, organização, Miranda, 2014.

Através destes dados pode-se identificar que as pessoas, principalmente a juventude do Assentamento, não permanecem frequentemente com as famílias e vão embora para grandes cidades em busca de emprego. Vejamos o que os dados nos mostram: entre 11 e 20 anos, os filhos dos assentados representam 41.16% do total dos filhos e filhas e 33.13% do total. Enquanto que a partir dos 21 aos 30 anos este número cai para 15.86% do total dos filhos e filhas e 12.80% do total. Estes dados comprovam a tendência da migração da juventude e do êxodo dos filhos e filhas das famílias, principalmente após a finalização do ensino médio ou até mesmo antes.

De certa forma, o número de pessoas e de famílias no Assentamento não se altera muito ao longo do tempo, pois como a terra é do INCRA e não das famílias o que acontece é que sai uma família e entra outra, pois não se pode ter mais que um lote por família. E também existem propriedades com mais que uma família morando, geralmente os filhos que casam e ficam com os pais.

O Assentamento Marcos Freire é composto por 578 famílias, com uma área de 9.400 hectares e com uma população estimada em 2.462 pessoas.

Estes dois assentamentos pertencem ao território Cantuquiriguaçu, que é composto por 20 municípios, com uma economia essencialmente agrícola, produzindo quase que exclusivamente matéria-prima.

Segundo dados do Iparde¹⁹ em 2014, a população total do território é de 232.546 habitantes, dos quais 107.473 vivem na área rural, o que corresponde a 46,22% do total. Destes 21.184 são estabelecimentos de agricultores familiares, 4.264 famílias assentadas, quatro comunidades quilombolas e uma terra indígena. Seu IDH médio é 0,72. Ainda no território existe 26.159 famílias pobres que têm uma renda per capita inferior a ½ salário mínimo.

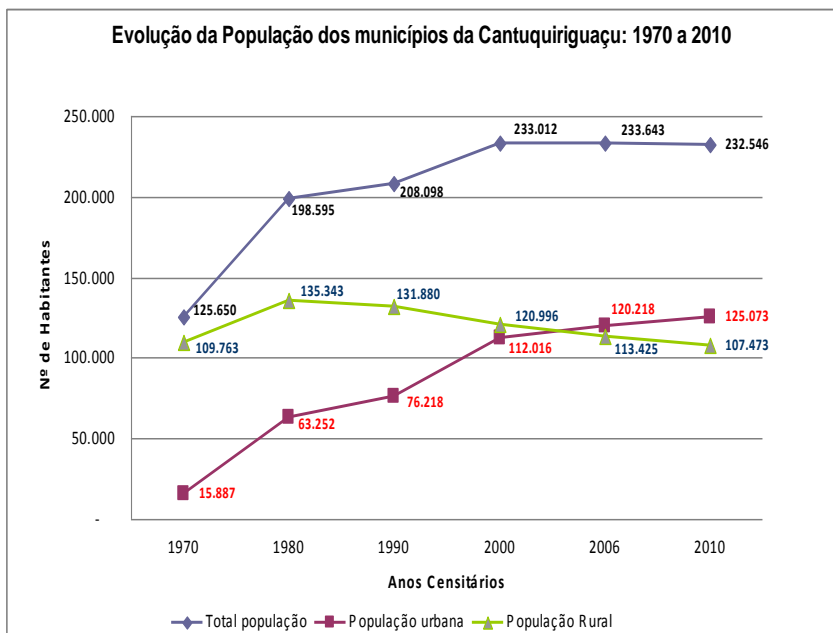
Segundo o censo de 2010, a população do Rio Bonito do Iguaçu era de 13.532 com atualização em 2014, o Rio Bonito do Iguaçu tem uma população de 13.661 pessoas, destes 7.059 são homens e 6.602 mulheres. No município, 3.322 pessoas vivem em área urbana e 10.339 vivem em área rural, ou seja, apenas 24% da população vivem na área urbana. Pode-se afirmar que o município do Rio Bonito do Iguaçu só existe economicamente pela existência dos assentamentos, pois a população desses assentamentos está estimada, baseada nas informações levantadas pelos técnicos da Cooperiguaçu e atualizado mais recentemente pela equipe técnica do CEAGRO, em 6.841,31 pessoas, em torno de 51% da população do município e 64,95% da população rural.

3.2.2 Aspectos demográficos, trabalho e renda no município do Rio Bonito do Iguaçu.

O Censo do IBGE 2010 aponta nos primeiros resultados, uma redução na população do território da Cantuquiriguaçu de 0,20%, comparada ao Censo IBGE 2000 e 0,47% se comparado ao Censo Agropecuário 2006. A população urbana aumentou em 11,66% na última década, em contrapartida a população rural reduziu em 11,18% nos últimos 10 anos.

¹⁹ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Evolução da população da região



Fonte de dados: IBGE, séries estatísticas, censo agropecuário 2006 e censo 2010.

Este dado nos indica que o território está perdendo pessoas em virtude da migração interna no país, os habitantes estão indo em busca de trabalho para fora do território, em específicos nas agroindústrias de Santa Catarina.

A situação fundiária dos municípios da Cantuquiriguaçu, indicada pelo IBGE no Censo Agropecuário 2006, aponta um total de 25.463 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 1.071.321há. Deste total a agricultura familiar responde por 83,2% dos estabelecimentos rurais, com 21.184 propriedades, mas corresponde a apenas 30,07% da área total dos estabelecimentos rurais, com 322.181há. A área média da agricultura familiar é de 15,21ha por estabelecimento, contra 175,07há das propriedades não familiares.

Ao comparar o número de estabelecimentos das famílias assentadas, com a quantidade geral de estabelecimentos no município de Rio Bonito do Iguaçu, os mesmos representam 59% dos

estabelecimentos gerais e 66% dos estabelecimentos considerados da agricultura familiar, fator que revela sua importância na estrutura fundiária e econômica do município.

Ao analisarmos a composição da população urbana e rural no município de Rio Bonito do Iguaçu, percebemos que a maior parte da população ainda vive no campo, cerca de 75,68% e na área urbana 24,32%. Se compararmos a evolução populacional do município, identificamos também uma queda de 14.450 habitantes no ano 2007 para 13.660 no ano de 2010, uma redução de 5,47% na população.

A situação do assentamento não é diferente, pois há uma redução de aproximadamente 6% da população.

Os dados de ocupação de trabalho no município de Rio Bonito do Iguaçu, revelam que das 6.122 ocupações de trabalho apenas 169 pertence à indústria de transformação, aproximadamente 2,76% da ocupação. A ocupação na agricultura é de 5.010 pessoas, 81,84% das ocupações.

Nos empregos gerados pelas atividades econômicas, sem considerar a agricultura, Rio Bonito tem 975 empregos, destes apenas 14 estão ligados à indústria alimentícia, uma porcentagem de 1,44%.

A situação de pobreza no território da população rural está em 41,9%, já Rio Bonito do Iguaçu está em 56,5% o maior índice do território.

3.3 As linhas de produção e produtividade do assentamento Ireno Alves dos Santos.

Atualmente na região predomina o cultivo de fumo, milho, feijão e bovinocultura leiteira. O leite é principal alternativa que gera renda mensal. Esta atividade ainda é pouco especializada, necessitando de investimentos e melhorias na parte técnica. O produto é comercializado *in natura* para grandes empresas, que levam para outras regiões para industrializar.

Além do leite, outras atividades agroecológica podem dar um retorno econômico para os agricultores, além da sua importância como subsistência, tais como: agroflorestas, hortaliças etc.

3.3.1 Renda

As principais atividades desenvolvidas pelas famílias se caracterizam e desenvolvem-se em duas vertentes, a) para o autoconsumo, b) para comercialização. Para autoconsumo são produzidos arroz, feijão, mandioca, amendoim, bata doce, batata inglesa, milho-pipoca, hortaliças diversas (alface, almeirão, salsa, radiche, pepino, tomate, pimentão, rúcula, etc.), frutas diversas (laranja, lima, pêssigo, tangerina, caqui, jabuticaba, mamão, goiaba, ameixa etc.), plantas medicinais utilizadas para fazer chás caseiros, carnes diversas de suínos, bovinos, frango e ovos.

Para comercialização se destacam três grandes linhas de produção de grãos: milho, soja e feijão. Em menor escala destacam-se também outros produtos de origem animal como carnes e o leite que hoje é o que garante renda fixa às famílias, como se vê na tabela 02. Com menos intensidade há ainda produção de fumo e também algum produtores de uva.

Para melhor visualizar a organização do assentamento, foi montada uma tabela com as informações aproximadas da distribuição da área do Assentamento Ireno Alves dos Santos, em suas respectivas culturas:

Tabela: 02 Distribuições da terra por ocupação.

DESCRIÇÃO	Há	%	MÉDIA LOTE
Área Total	16.582	100%	17,76
Reserva/Mata ciliar	4.999	30%	5,35
Pastagens	3.225	19%	3,45
Grãos (milho+soja+feijão)	6.806	41%	7,29
Estradas	300	2%	0,32
Fumo	54,8	0,33%	0,06
Quintal da casa	747,2	5%	0,80
Madeira	450	3%	0,48

Fonte CEAGRO, Organização, Miranda 2014.

A reserva legal do assentamento é coletiva, e fica sob o controle do INCRA e uma unidade federal, com um total de 3.379,31 hectares, uma média de 3,62 hectares por lote.

3.3.2 Sistemas Produtivos

No diagnóstico realizado pela empresa FAHMA (2004) que deu embasamento para a elaboração do projeto do Plano de Consolidação do Assentamento Ireno Alves dos Santos, foram identificados 05 principais sistemas de produção:

Sistema I - Milho + Feijão + Leite + Autoconsumo – sem restrição de área agricultável

Sistema II - Fumo + Milho + Feijão + Leite + Autoconsumo

Sistema III - Bicho da seda + Milho + Feijão + Leite + Autoconsumo

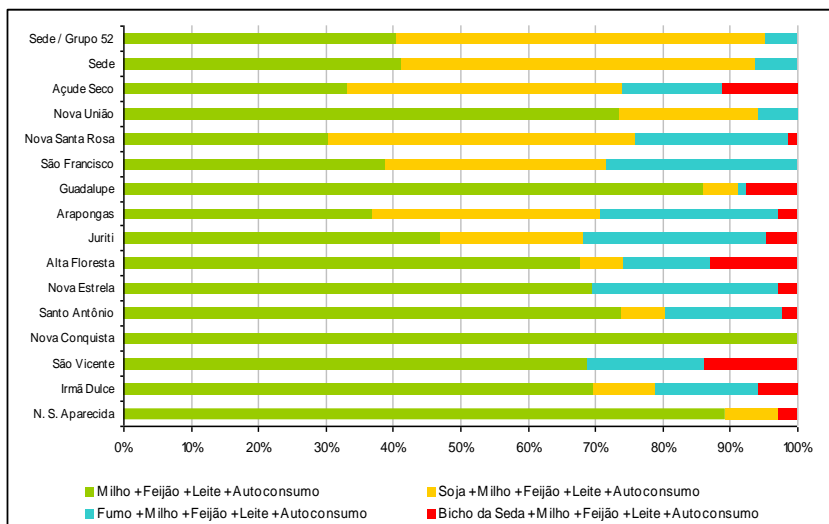
Sistema IV - Soja + Milho + Feijão + Leite + Autoconsumo

Sistema V -Milho + Feijão + Leite + Autoconsumo – com restrição de área agricultável

A principal característica comum nos sistemas foi a presença do subsistema de autoconsumo, responsável por uma parcela significativa da renda gerada dentro dos lotes do assentamento. Apesar de não ser produzido em 18% dos lotes, o leite foi considerado como parte integrante de todos os sistemas produtivos em razão de estar presente na maioria dos lotes e em ascensão no assentamento, da mesma forma como o milho e o feijão.

A distribuição dos sistemas nas comunidades se dava da seguinte maneira como mostra a figura 01:

Figura 01 - Nível de ocorrência dos sistemas de produção levantados nas comunidades do assentamento Ireno Alves dos Santos



fonte: FAHMA, 2004.

A predominância maior era do sistema de produção I com 29,23%, em segundo lugar o sistema V com 26,45%, em terceiro o sistema IV com 24,2%, em quarto lugar o sistema II com 16,17% e em último lugar o sistema III com 3,96%.

Tabela 03 - Representatividade dos sistemas de produção

Sistema	Famílias	Porcentagem
I	273	29,23%
II	151	16,17%
III	37	3,96%
IV	226	24,20%
V	247	26,45%
TOTAL	934	100,00%

Dados primários, FAHMA, 2004; organização Miranda, 2014.

Estes dados são de 2004, mas pode-se observar que não se alterou a forma dos sistemas produtivos, a não ser o sistema da produção do bicho da seda que praticamente não existe mais, pois não é compatibilizado com uso de agrotóxico que se aplica no fumo, assim como por causa da nicotina que inala pela madrugada, levando à morte das lagartas.

Devido às condições, a não ser o foco principal deste trabalho e à complexidade da realização de uma atualização deste diagnóstico, não foi possível trazer dados atuais, deste ano, mas dentro do conhecimento holístico e empírico na convivência e visitas às comunidades que percorri e conhecendo o cotidiano do assentamento, destacaria algum ponto relevante que observa e que altera alguma forma numérica nos arranjos produtivos.

Com a execução do Programa de Consolidação dos Assentamentos – PAC foi realizada a destoca e enleiramento de pedras, em todos os lotes de assentamento em que havia necessidade, favorecendo com isso a mecanização das propriedades. A partir da mecanização, avançou em todas as comunidades o cultivo da cultura da soja e o arrendamento de terras.

Evidentemente que a cultura do milho perdeu bastante espaço devido aos baixos preços praticados pelo mercado. Outra cultura que sofreu influência foi a do feijão, que perdeu espaço se restringindo praticamente à produção para autosustento devido à ampliação de outras culturas e à necessidade de mão de obra, assim como por se tratar de uma cultura de alto risco devido à pouca resistência a chuvas, quando pronto para colher, e aos preços de mercado, que são muitos oscilantes.

No entanto, como destacamos anteriormente, a atividade do leite se especializou, sendo seguramente a principal atividade por uma parcela significativa das famílias assentadas e nesta relação produtiva a criação de animais para carne também teve um crescimento. Com o aumento da produção do leite e soja, a cultura do fumo sofreu uma redução significativa, principalmente pelo prejuízo acumulado por muitos agricultores com essa atividade. Paulatinamente, o reflorestamento com eucalipto, principalmente, vem ganhando espaço nas propriedades, porém em pequenas áreas cultivadas para consumo e comercialização.

Com as observações feitas e pelo conhecimento que se tem do assentamento, é possível afirmar que o sistema de produção

predominante atualmente se compõe de **Leite + arrendamento + Autoconsumo**. Além disso, o arrendamento acontece no verão para as culturas de milho e soja, e no inverno é utilizada para plantio de pastagem para os animais como aveia e azevém. De maneira geral a renda das famílias se constitui em partes monetárias e em partes não monetárias, as principais fontes de renda das famílias são composta de:

Rendas principais- Produção de grãos (com milho, soja e feijão), pecuária (com leite, carne e venda de matrizes de reprodução),fumo, arrendamento da área agricultável do lote. Também conta-se como renda principal a produção para autoconsumo de arroz, feijão, mandioca, amendoim, batata doce, batata inglesa, milho-pipoca, hortaliças diversas, frutas diversas, plantas medicinais, carnes diversas.

Rendas secundárias geradas no lote- Hortifrutigranjeiros para venda em pequena escala, prestação de serviços de maquinarias, no caso dos parceiros que têm estes equipamentos, venda de aves, pequenos animais, ovos etc. Venda de sementes de azevém e aveia, colhidos nos próprios lotes. Ainda há um número insignificante de famílias que têm renda oriunda do extrativismo de madeira de lei e fabricação de carvão. Contudo há vários lotes que estão plantando eucalipto e, futuramente, este setor deverá ter uma representatividade maior.

Rendas oriundas fora do lote - trabalho de diarista entre as várias unidades de produção, programas governamentais tais como aposentadoria, Bolsa Família, vale gás, invalidez, auxílio doença, auxílio maternidade etc., trabalho de empregados, agentes de saúde, professores, cargos de confiança na prefeitura, empresas, colheitas temporárias em outras regiões, venda de produtos de beleza, artesanato etc. mercearias, mercado, borracharia, oficina nas áreas comunitárias etc. envio de dinheiro por filhos (as) que trabalham fora para os pais e, por fim, trabalho de carpinteiro, pedreiro etc.São estas as principais formas de renda no assentamento.

3.4. A dinâmica da produção e a alternativa econômica para as famílias assentadas.

Como se viu nos itens anteriores, com a contradição entre o modelo de produção do agronegócio e a agroecologia, a saída econômica dos agricultores é evoluir para a produção de gado leiteiro e a produção para o autosustento, com biodiversidade e com excedente para o mercado, pois estes itens são a base para uma produção de alimentos saudáveis e ao mesmo tempo trariam para os agricultores maior autonomia produtiva e conseqüentemente autonomia política.

Para sustentar esta hipótese, tomamos como ponto central um estudo feito pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia – CEAGRO, que aponta algumas conclusões sobre a produção de leite nos assentamentos da região.

Na parte de produção leiteira colocaremos o número de produtores, número de vacas, média de vacas por produtores. Também se coloca a média da produção de leite por mês, por dia e uma média de leite por produtor no Assentamento Ireno Alves dos Santos. Sabendo que neste assentamento, das 934 famílias assentadas somente 140 famílias não tiram a sua principal renda do leite.

Tabela: 04. Média de leite no assentamento Ireno Alves dos Santos

Descrição	Nº de Produtos	Nº de animais	Média de vacas por produtor	Média litro leite mês do assentamento	Média litro leite dia do assentamento	Média dia por produtor	Média de leite dia por vaca
Leite produzido	794	11.116	14	2.907.945,00	96.931,00	122,08	8.72

Dados CEAGRO – ATES, organização Miranda, 2014.

Se olharmos os dados da tabela 04, veremos que a renda mensal das famílias vem da produção leiteira, mesmo sendo um valor baixo e não atinge 100% das famílias. No entanto, quando as famílias são indagadas sobre a forma de produção, apenas 8% das famílias dizem produzir leite orgânico e outras 11% estariam em fase de implantação, as demais famílias estão na fase inicial de cortar custos e mais de 45% não têm produção orgânica iniciada e sentem-se satisfeita com os resultados obtidos.

Parte destas famílias, embora não produza o leite orgânico, produz à base de pasto ou, no máximo, com complementos minerais ou de ração concentrada, conforme tabela 04, o que não dificulta a adequação da produção, dentro das exigências produtivas e do enquadramento como produto orgânico. Quando as famílias são questionadas sobre a intenção ou vontade de produzir leite orgânico, quase 76% afirmaram que estão dispostos a produzirem. Apenas 22% responderam que não têm interesse.

Por outro lado, os dados coletados pela equipe técnica da Cooperiguaçu (2007) identificou a situação relacionada à infraestrutura da atividade leiteira no assentamento. Cerca de 46% dos produtores não tinham resfriador de leite, equipamento fundamental para manter a qualidade do produto e condição pela Instrução Normativa 51. Aproximadamente 41% dos produtores não têm espaço adequado para fazer a ordenha dos animais. Apenas 27% dos produtores possuem ordenha mecânica.

Hoje estes dados obtiveram melhorias significativas, contudo permanece ainda uma porcentagem elevada de agricultores que não têm e nem se enquadram dentro dos padrões exigidos pela In. 51.

Diante deste quadro, buscou-se pautar as principais dificuldades apontadas na produção leiteira. Mais de 64% das famílias apontaram deficiência no fornecimento da alimentação dos animais como principal problema na produção de leite. Depois vem a questão de infraestrutura (37%), manejo do gado (33%), equipamentos adequados (32%) e disponibilidade de água (30%). Conforme os entrevistados, seguem alguns pontos que evidenciam preocupações gerais:

a) Assistência técnica

Chama a atenção o fato de que a maioria das famílias não recebe assistência técnica na atividade leiteira, e das que recebem, dois terços recebem de outras empresas e não daquelas para as quais vendem o leite.

b) Rentabilidade das famílias sobre a atividade

Para mais de 81% das pessoas que responderam o questionário, a atividade leiteira é rentável. Ou seja, na percepção das famílias, a

atividade vem dando retornos positivos e investimentos em sua ampliação possibilitariam melhoria nas condições de vida das mesmas.

c) Futuro na atividade leiteira

Cerca de 89% das famílias entrevistadas pensam em ampliar a atividade leiteira e 8% em manter a produção na proporção que está. Neste ponto da pesquisa, não foram analisadas as famílias que não estão produzindo leite e que pensam em aderir à linha de produção

d) Situação de endividamento das famílias

Mais de 36% das famílias estão devendo ao Banco do Brasil algum valor referente a recursos de Pronaf principalmente, e não conseguem novos financiamentos para ampliação das produções.

e) Participação dos membros da família na produção e gestão da propriedade

A participação das mulheres na atividade produtiva dos assentamentos pesquisados é de aproximadamente 70% das atividades exercidas, considerando os cinco principais produtos produzidos. Podemos observar que parte das atividades, em muitas propriedades, é executada exclusivamente pelas mulheres, por exemplo, a produção leiteira.

f) Genética do rebanho

Os dados denotam um processo gradativo de melhoria genética do rebanho rumo a raças mais produtivas, como é o caso da Jersey e Holandês que chegam a quase 50% das raças do rebanho total, ainda que atualmente predominem raças mistas (mestiças) e outras.

g) Alimentação dos animais

Mais de 73% dos entrevistados usa como base alimentar dos animais exclusivamente a pastagem. Aproximadamente 14% utilizam as pastagens e suplementam com silagem. Apenas 13% têm como principal base alimentar a ração concentrada. Apenas 26% utilizam algum tipo divisão da área em piquetes menores.

h) Cobertura dos animais

A cobertura utilizada nos assentamentos é, em mais de 83% dos casos, feita através de monta natural. Esta forma de reprodução pode, em muitos casos, ser um empecilho na melhoria da qualidade genética do

rebanho destinado à produção leiteira, porque em muitos casos o touro (da mesma forma como os demais animais do rebanho) ou não tem raça definida (misto ou mestiço), ou é de raça sem aptidão leiteira.

O processo produtivo do assentamento precisa ser mais dinamizado e acompanhado pela organização dos trabalhadores. Percebe-se que a assistência técnica que está vinculada ao assentamento também se vincula ao processo dos laticínios locais e ficam alheios a forma que as famílias se organizam. Além disso, percebe-se que falta um arcabouço de conhecimento técnico por parte dos agricultores e esta falta de conhecimento é ocupada pelas empresas que representam o agronegócio. Indo mais além nessa análise, tomando os dados, será possível notar que a família produz o leite, mas são as empresas do agronegócio que organizam e influenciam diretamente na forma de produção.

3.5 A influência ideológica em relação à organização social.

A base da organização social das famílias são as comunidades existentes no assentamento, que são dezessete no total, conforme tabela 05. Essas associações formam uma central das associações denominada Central das Associações do Assentamento Ireno Alves dos Santos - CACIA, essas associações não têm caráter econômico, somente social, e servem para assegurar recurso vindo do Governo Federal, ou seja, as associações são um exigência do Estado e isso já começa a criar um legalidade que limita as famílias a desenvolverem a cooperação de forma planejada e de livre adesão.

Tabela 05 - Distribuição das comunidades Assentamento Ireno Alves por número de famílias

Comunidade	Famílias	%
Nossa Senhora Aparecida	29	3%
Irmã Dulce	86	9%
São Vicente	16	2%
Nova Conquista	51	5%
Santo Antonio	44	5%
Nova Estrela	31	3%
Alta Floresta	63	7%
Juriti	60	6%
Boa esperança	43	5%
Arapongas	140	15%
Guadalupe	67	7%
São Francisco	46	5%
Nova Santa Rosa	69	7%
Nova União	35	4%
Açude Seco	23	2%
Sede	82	9%
Sede/Grupo52	49	5%
TOTAL	934	100%

FONTE: CACIA, 2014.

Se olharmos de forma mais dinâmica a tabela 05, veremos que as associações cumprem um papel social interessante, pois organizam as comunidades para participarem da vida social, através das igrejas, das festas, dos clubes de mães. Mas também cumpre um papel de discutir os problemas dos assentamentos. Evidentemente que a organização dessas comunidades esta ligada diretamente ao estado e muitas dessas comunidades ou associação são os prefeitos locais que intervém e fazem

desses espaços, espaços de disputa eleitoreira e a organização dos movimentos sociais não conseguem incidir sobre as divergências que se coloca no cotidiano. Por outro lado, essas comunidades não apontam saídas coletivas e de certa forma fazem disputa entre elas, e, além disso, se uma família não está contente com aquela comunidade, não discute os problemas, apenas passa a outra comunidade.

Outro fator que se observa nas comunidades que elas cumprem um papel de propagandear as empresas e agropecuárias que, representam o agronegócio, pois são as que patrocinam as festas, os jogos de futebol, e em vários momentos promovem cursos de capacitação técnicas, de como operar máquinas, de como utilizar agrotóxico de forma segura, e de orientação de ordenha e como balancear a alimentação das vacas a base de ureia.

Sobre as questões de diversão das famílias e a participação social, a grande maioria dos indagados, ou seja, mais de 80% no diálogo dizem que não se visitam e quando o fazem é pouco, pois ficam em casa e seu lazer resume em assistir televisão e ouvir rádio. Os homens priorizam o jornal e o Globo Rural. No fundo são influenciados diretamente pelos meios de comunicação hegemônico do agronegócio.

3.5.1 Educação.

Atualmente podemos dizer que do ensino primário até o ensino médio o Assentamento é privilegiado, pois em muitos lugares do Brasil sabemos que as escolas no campo e do campo foram fechadas e os educandos e educandas são transportadas para a cidade estudar. Hoje, no Ensino Primário, o Assentamento tem seis escolas sendo localizadas nas comunidades da Sede, Arapongas, Alta Floresta, Centro Novo²⁰, Irmã Dulce e Camargo filho.

No Ensino Fundamental, temos quatro escolas funcionando, localizadas nas comunidades da Sede, Arapongas, Centro Novo e Camargo filho.

²⁰ As comunidades que não estão na tabela 06, pertencem ao assentamento Marcos Freire, que está localizado na mesma área de assentamento.

No Ensino Médio temos três escolas funcionando, localizadas na comunidade da Sede, Araçongas e Centro Novo.

Na universalização da educação o assentamento tem pautado a Universidade Federal da Fronteira Sul em vista de garantir outros cursos como licenciatura em Educação do Campo. E também cursos de nível técnico e superior ofertados pelo MST, em parceria com diversas instituições.

Dados coletados nas escolas nos mostram que temos 2.522 educandos e educandas distribuídos nas 10 escolas existentes dentro dos assentamentos Ireno Alves e Marcos Freire.

Tabela: 06 Relações de Educandos por Escolas

Escola	Comunidade	Assentamento	Educandos
Escolas municipais			1171
Ireno Alves	Araçongas	Ireno Alves	219
Vanderlei das Neves	Sede	Ireno Alves	208
Herbert de Souza	Centro Novo	Marcos Freire	240
Paulo Freire	Camargo filho	Marcos Freire	279
Severino da Silva	Alta Floresta	Ireno Alves	98
Irmã Dulce	Irmã Dulce	Ireno Alves	127
Escolas estaduais			1351
José Alves	Sede	Ireno Alves	272
Ireno Alves	Araçongas	Ireno Alves	381
Iraci Salete Strozak	Centro Novo	Marcos Freire	472
Sebastião da Costa	Camargo filho	Marcos Freire	226
Total			2522

Fonte; Escola Iraci Salete Strozak, 2014.

Através dos dados da Tabela 06, podemos observar a quantidade de crianças e jovens que estão nos assentamentos e isso busca organizá-los na vida dinâmica das comunidades e na vida produtiva do assentamento. Na Tabela 07 se pode identificar a

quantidade de educandos que estão estudando por série nos assentamentos.

Tabela 07 Relação Educandos por Série nos Assentamentos de Rio Bonito do Iguaçu

Descrição	Educandos (As)	%
Alfabetização	36	1%
Classe especial	26	1%
Pré escola	159	6%
Ensino básico	950	38%
1° Série	168	7%
2° Série	239	9%
3° Série	320	13%
4° Série	223	9%
Ensino fundamental	975	39%
5° Série	252	10%
6° Série	235	9%
7° Série	255	10%
8° Série	233	9%
Ensino médio	376	15%
1° Série	171	7%
2° Série	119	5%
3° Série	86	3%
TOTAL	2522	100%

Fonte; Secretaria Municipal de educação Rio bonito do Iguaçu, 2014.

3.6 A Influência das Políticas Públicas Sobre os Assentados e Assentadas: um Olhar Crítico

O debate sobre as políticas públicas para o MST e Via Campesina precisa dialogar permanentemente com a busca pela

SOBERANIA ALIMENTAR, ou seja, é necessário que nossos camponeses tenham condições de produzir alimentos saudáveis e em abundância para todo seu povo. Começando por sua família, pelo povoado, pelo município e todo país. No entanto, isso somente pode ser alcançado com uma ação do estado, de forma massiva e de maneira a se expressar em políticas públicas²¹, sabendo que as mesmas são contraditórias, pois elas vêm como forma de intervenção do estado nas comunidades e são base para manter o capital de forma ativa em todas as partes, conforme apresentamos a seguir

3.6.1 Política Pública na atualidade.

As últimas décadas registraram o ressurgimento da importância das políticas públicas, no campo governamental e nas instituições não governamentais, as quais desenvolveram regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação junto aos movimentos sociais. Vários fatores contribuíram para a maior visibilidade desta área.

O primeiro foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade.

O segundo fator é que novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gasto. Assim, do ponto de vista da política pública, o ajuste fiscal implicou a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. Esta agenda passou a dominar as pautas governamentais e não governamentais a partir dos anos 80, em especial em países com longas e recorrentes trajetórias inflacionárias, como os da América Latina.

²¹ No entanto, podemos ver todos os dias que as políticas públicas são na sua maioria demandadas pelo agronegócio, a exemplo da criação da ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica para a agricultura Familiar, que ficou sobre o comando da CNA – pela Senadora Katia Abreu.

O terceiro fator, mais diretamente relacionado aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados, é que, na maioria desses países, em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população.

Respostas a estes desafios, do ponto de vista governamental, não são fáceis, nem claras ou consensuais. Elas dependem de muitos fatores externos e internos. No entanto, o desenho das políticas públicas e as regras que regem suas decisões, elaboração e implementação, também influenciam os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre política pública, ou seja, sobre a capacidade dos movimentos sociais pressionarem e intervirem para as políticas públicas, sem fazer parte dos governos e sem serem cooptados pelos mesmos.

No entanto, na sua grande maioria as políticas públicas são elaboradas pela classe dominante, para conter o avanço das lutas sociais e o desenvolvimento da classe trabalhadora. A exemplo da política pública do Programa Nacional da Merenda Escolar – PNAE e o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos – PAA, que observando que organizava e estruturava as famílias de pequenos agricultores, logo a classe dominante coloca os órgãos de controle para limitar o avanço e o desenvolvimento das famílias.

3.6.2 As políticas Públicas nos Movimentos.

Para os Movimentos Sociais, participar de decisões e análises sobre política pública implica responder às seguintes questões: quem ganha com a Política Pública? Qual a diferença que as políticas públicas vão fazer na vida dos sujeitos que estão envolvidos? Qual vai ser o papel dos movimentos dentro dessa política pública? Qual a diferença que vai fazer para acúmulo das lutas sociais?

No que diz respeito à política pública é preciso ter criticidade diante de suas definições e de suas ações. Para o MST, nunca se deve superestimar os aspectos influenciadores das políticas públicas na vida das famílias assentadas, que por um lado pode organizar, mas de outro

pode levar ao individualismo e o isolamento do próprio Movimento. No entanto é preciso saber que políticas públicas são a essência da política eleitoral e de poder, isto é, o embate em torno de ideias e de suas concepções e interesses, pois no ato de aplicar a política pública pode levar a perder a centralidade da luta se não tiver clareza das suas ações, no centro da luta de classe.

Por outro lado, no que diz respeito ao papel dos governos, as definições sobre concepções de políticas públicas é deixado de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos. Pois, para os governos as políticas públicas são vistas de forma a conter a insatisfação das massas necessitadas. Assim, deixarão de fora a possibilidade de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais. Além disso, ao entender a política pública como central deixa-se de buscar a aliança com as demais forças sociais na sociedade.

No que tange as definições de políticas públicas no olhar dos movimentos sociais, é preciso destacar os embates em torno de interesses de classe. A política pública em geral e a política social em particular são campos de disputa permanente em nome de uma suposta autonomia, o que, segundo Martins, é uma “autonomia relativa” que gera determinadas capacidades, as quais, por sua vez, criam as condições para a implementação de objetivos de políticas públicas. A margem dessa “autonomia” e o desenvolvimento dessas “capacidades” dependem, obviamente, de muitos fatores e dos diferentes momentos históricos de cada país e da correlação de força que se estabelece entre os movimentos sociais.

Assim, para os movimentos sociais, segundo Rosseto²² (2013), participarem de uma política pública e lutarem por ela, é necessário que ela se adéque às seguintes condições:

1º focalizar os problemas que mais afetam nosso povo. Isto é, problemas que, precisam ser resolvido coletivamente, e que, apenas com as nossas forças se tornam difíceis de resolver. No entanto saber que não são as políticas públicas que resolvem os problemas, e sim os resultados da luta permanente contra a forma que a sociedade esta organizada.

²² Membro da coordenação nacional do MST, em debate sobre as políticas públicas em 2013.

2º focalizar os esforços da organização nos problemas que cercam e inibem o avanço da luta, para que se faça uma necessidade coletiva e se eleve a consciência sobre a necessidade de se enfrentar o dado problema de forma a resolver as questões sociais de forma coletiva, e não individualmente. Segundo Rosseto, a construção de uma consciência coletiva sobre determinado problema é fator poderoso e determinante na definição da agenda de luta em conjunto e na definição de políticas a serem pautadas em cada local.

3º criar condições coletivas e envolver o conjunto das famílias para construir propostas que venham a estruturar e elevar a autonomia das famílias, por isso o foco deve ser sempre por políticas que venham a somar com o projeto coletivo de emancipação da classe trabalhadora. Podemos citar algumas que precisam se tornar bandeira de lutas nos Movimentos.

No entanto, essas bandeiras de lutas somente poderão ser alcançadas com pressão do povo, com luta permanente para que o estado crie condições de desenvolver políticas públicas estruturantes. Assim, podemos didaticamente apresentá-las na forma de programas, a saber:

1. Programa de reforma agrária e de defesa dos territórios, para que todos tenham terra para produzir os alimentos;
2. Programa de garantia de água potável, acoplado com um programa de irrigação para produção de alimentos;
3. Programa de agroecologia, que é a difusão de técnicas equilibradas de produção e tecnologia apropriada a agricultura camponesa;
4. Programa de aquisição de alimentos pelo estado (Ex: os PAA, a merenda escolar, e com garantia de que as empresas estatais comprem e mantenham o abastecimento da população). Ou seja, alimento não é mercadoria, portanto o estado precisa garantir a sua distribuição e a compra dos camponeses;
5. Programa de reflorestamento de árvores para energia, madeira e frutíferas;
6. Programa de educação (que inclui erradicar analfabetismo, levar ensino médio e acesso ao ensino superior aos jovens camponeses);
7. Programa de agroindustrialização para beneficiar os alimentos, sob a forma de cooperativas e sob o controle dos trabalhadores;

8. Programa de pesquisa e implantação de máquinas agrícolas adequadas à agricultura camponesa;
9. Programa de habitação para o campo, junto com energia elétrica e energias alternativas, buscando o aproveitamento dos dejetos utilizados e utilização e reutilização das águas.

Por fim, segundo o próprio Rosseto (2013), é necessário articular o povo para que se faça luta de massa e por políticas que ajudem a dar autonomia e venham fortalecer as famílias camponeses/as. Por isso em cada assentamento é necessário criar condições políticas e alianças com a classe trabalhadora para avançar na sua autonomia frente ao estado, é necessário também que todas as políticas públicas que vêm aos assentamentos tornem-se bandeiras de luta e de fortalecimento dos movimentos sociais sem se aliarem com os governos.

CAPÍTULO 4 – UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A INFLUÊNCIA DA PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO IRENO ALVES DOS SANTOS.

Neste capítulo busca-se, de forma resumida, trazer para o debate uma breve análise feita de forma teórica e prática sobre como a organização da produção influencia a vida dos assentados. Evidentemente, será percorrido o período desde os processos políticos do MST e as concepções teóricas que se acumularam ao longo da história na formação dos assentamentos.

4.1 O que determina a organização e a forma produtiva do assentamento Ireno Alves dos Santos.

Se olharmos e analisarmos de forma crítica, o que define a forma organizativa dos assentamentos, sem dúvida, é a lógica e o processo que ordena a produção, marcada pela relação de produção do capital. O assentamento é um espaço que organiza a vida das famílias, embora já venha determinado pela lógica de que a própria sociedade é organizada. O assentamento é um estrato social que nasce das lutas políticas, mas a sua consolidação se dá com a ação do estado e com suas políticas públicas, que vêm fortalecer o modelo de desenvolvimento do capital tal como ele foi desenrolado em sua trajetória histórica. Como nos diz Sauer:

A implantação de modelo agropecuário e do pacote tecnológico foi realizada ainda com a criação de uma rede pública e oferta de assistência técnica e extensão rural, destinação de recursos e promoção de pesquisa (criação de cursos universitários e técnicos nas universidades públicas e escolas técnicas). (Sauer et al, 2013. Pg 09)

Além desse processo que foi adotado para o avanço da agricultura e o avanço da tecnificação e da produtividade, o mesmo autor destaca o fato de que todos os recursos públicos estavam voltados

para o financiamento de pesquisa e para a disseminação do pacote tecnológico baseado na lógica da produção da monocultura em grandes extensões de terra, excluindo a esmagadora maioria dos pequenos produtores. O resultado disso foi, entre outras, a concentração de terra e a exclusão dos pequenos agricultores. Por conta disso, na sua maioria, a tentativa de organização da produção se dá em consonância com esse modelo, pois as famílias assentadas são dependentes de políticas públicas para organizarem sua produção.

Portanto, no assentamento, buscou-se desenvolver a produção de forma cooperada para se contrapor ao modelo de produção que foi imposto para as famílias. Nessa tentativa, a grande questão que se pautou foi o trabalho e renda nos assentamentos da reforma agrária; o debate que norteou a formação e constituição do assentamento se ateve, em primeiro lugar, sobre os desafios dos assentamentos, na tentativa de apontar os limites percorridos durante esse período histórico e os desafios que estão postos para que se enfrente a lógica da agricultura convencional em nossos assentamentos.

4.2 Trabalho, cooperação e cooperativismo.

Pensar sobre trabalho e cooperação, em tempos de pleno desenvolvimento do capitalismo, do processo de individualização das relações sociais, do processo de terceirização do trabalho e da inovação das técnicas para agricultura, leva-nos a resgatar algumas premissas históricas do pensamento marxista que dizem que o “trabalho é o próprio elemento estruturador das relações sociais, haja vista constituir esse a atividade que permite a satisfação das necessidades básicas do indivíduo” (MARX, 1980: 424)

Isto nos leva a refletir sobre que forma de organização de trabalho: Necessita-se, para resolver as questões básicas das famílias assentadas quanto à organização política, que se proponham a construir um processo de trabalho que organize a vida das famílias assentadas e que ao mesmo tempo satisfaça as necessidades socioeconômicas e socioculturais do conjunto dos assentamentos, mas com a centralidade na produção e na renda.

No entanto, não basta reconhecer que a divisão do trabalho e a cooperação por si só são responsáveis por um grande progresso material que ajuda a organizar a vida dos sujeitos, satisfazendo suas necessidades através do trabalho. Marx contrapõe esse pensamento afirmando que se trata de um processo ininterrupto de alienação do indivíduo, ou seja, à medida que o modo capitalista de produção evolui, “o trabalho dos indivíduos passa a ser encarado na sua forma abstrata, as mercadorias parecem que adquirem vida própria e as relações sociais passam a ser encaradas como relações entre coisas”²³. É preciso compreender as relações de produção para articular novas formas que levem os indivíduos a se libertarem do processo de alienação através da compreensão do trabalho como socialmente útil a si e à comunidade em geral.

No processo de cooperação como forma de organizar o trabalho e aumentar a produção, Marx delimita que “[...] chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (MARX, 1980: 370). Percebe-se aqui um primeiro equívoco que muitas vezes leva à não organização produtiva, pois as famílias em questão se arranjam de forma individual e suas disposições não garantem a centralidade. O que centraliza é a produção e esta está na mão das agropecuárias locais na esfera da circulação, das empresas que comercializam os seus produtos e, em última instância, no capital financeiro que garante o recurso para a aquisição dos insumos e da circulação de seus produtos.

Assim, a cooperação, como alerta Marx, apresenta-se como uma marca que caracteriza a utilização coletiva dos meios de produção e os trabalhadores, reunidos em um mesmo local, executando todas as etapas do processo produtivo, sob o comando do detentor do capital ou não, dependendo da forma que se organiza a produção. No caso do MST, em suas cooperativas o controle é dos trabalhadores, no entanto, nos assentamentos individuais o controle foge deles, e, o que, determina a forma de produção é a própria política do governo, cuja base é a produção para a exportação, leia-se de soja e milho, e sua organização

MARX, K. & ENGELS, F.: *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*, São Paulo, Hucitec, 1996

se dá pelo capital financeiro e industrial com apoio do governo. A isso chamamos agronegócio.

Por isso o sucesso na organização do trabalho e da cooperação, para ter vantagem diante do capital, necessita construir princípios cooperativos claros e combinação entre os envolvidos em relação ao trabalho isolado. Estes princípios precisam incidir sobre a economia e a produção em escala, feitas pelos trabalhadores, que permitam o aumento da produção e a divisão de tarefas entre os cooperados dentro de uma determinada linha de produção.

No entanto, a consequência mais marcante do uso do sistema cooperativo pelos trabalhadores é a divisão racional de tarefas de acordo com a disciplina e a vontade dos cooperados para atingirem uma estabilidade socioeconômica. Pode-se afirmar que é a perda do pleno controle do processo produtivo por parte do capital e a apropriação dos meios de produção pelos trabalhadores, isso na medida em que se eleva o nível de consciência das pessoas envolvidas. Por isso, não se pode ter uma separação entre o planejamento e a execução direta do trabalho.

Nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire não avançaram no debate sobre a cooperação e cooperativismo, criaram-se associações comunitárias como forma de captar recursos e não se centrou na produção. Por isso, há uma falta de debate sobre a cooperação e o cooperativismo, de tal maneira que a estratégia que se deu, revelada nesta pesquisa, foi direcionada ao desafio de como manter as famílias na terra, sem se preocupar com a formação e, em especial, debater o papel da produção e da renda.

Por este motivo podemos afirmar que o domínio, quase na sua totalidade, é do modelo de produção do agronegócio. Assim se colocam desafios estruturantes para se enfrentarem no cotidiano da produção, na renda e na forma de organizar a própria produção. Podemos dizer que uns desafios são influenciados pelos próprios assentados e estão em sua organização e em sua forma de conceber o mundo. Outros fatores são determinados pelo modo de produção capitalista na agricultura, que impõe sua lógica sobre a pequena agricultura, fazem uma pressão social gerada artificialmente pelos agentes do agronegócio, como forma de alheamento ideológico dos assentados.

4.3 Desafios para os Assentamentos do MST, um olhar sobre as ações e práticas elaboradas.

Segundo relato do próprio Movimento passa-se por um novo período histórico (adverso) no desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária, e em especial na base assentada do MST. Esse período recente vem sendo influenciado por um contexto determinado, pelo avanço do modelo de produção do capital sobre a agricultura brasileira.

Evidentemente que se notam as ausências de políticas públicas que realmente ajudam a estruturar a agricultura camponesa e a cooperação agrícola, em vista de construir um novo referencial de produção de alimentos para o país.

Por outro lado, enfrentam-se ainda dificuldades referentes à atual lógica de manutenção e organização dos assentamentos, baseadas no chamado “quadrado burro”, que consolida a dispersão das famílias em lotes individuais. Outro aspecto é a falta de perspectivas de desenvolvimento da produção associada à intensificação da luta ideológica do agronegócio na sociedade contra os camponeses, buscando formar uma hegemonia contra a luta pela reforma agrária e qualquer alternativa que venha a enfrentar o modelo dominante e tecnológico da agricultura brasileira.

Associada a essa lógica de formato dos assentamentos construídos nesses anos de lutas, há uma ausência de trabalho educativo-organizativo em torno da necessidade do desenvolvimento das diferentes formas de cooperação agrícola e de planejamento dos assentamentos, que envolvam toda a força de trabalho e, de maneira especial, englobando a juventude de maneira a lhe dar autonomia afim de que seja possível que se gere renda sem ser dependente da família.

O MST em suas análises reconhece que, mesmo com algumas políticas públicas que ajudam a estruturar os assentamentos, como com a compra de alimentos (Programa de aquisição de alimentos - PAA), elas ainda são limitadas regionalmente e no número de famílias atingidas. É insuficiente e insegura, pois não se consegue massificar e criar uma articulação que dialogue com todas as famílias assentadas, e nem se consegue envolver a juventude para que ela se integre na articulação e também no acesso a essa política pública.

Conforme relato das discussões feitas anteriormente²⁴, avança-se na teoria e na prática das experiências de educação e escolarização em muitos assentamentos, desenvolvendo cursos de agroecologia em nível médio e superiores, cursos de agronomias, veterinária, pedagogia e tantos outros em parceria com universidades, que permitem dialogar e colocar em evidência a contradição do agronegócio e do capital que, por sua vez, demonstra seus limites para a sociedade, com uso intensivo de venenos, expulsão da mão de obra, dependência do controle das empresas transnacionais sobre mercado e preços, nas práticas agressivas ao meio ambiente, na priorização da produção de commodities como soja, milho e cana para o mercado externo, e avançando as fronteiras de expansão da criação de gado bovino, que trazem consequências para toda a sociedade.

Diante desse contexto contraditório o MST foi construindo, ao longo dos últimos dois anos, uma leitura no sentido de que:

Deveríamos ajustar nossa linha política de atuação concreta na organização dos assentamentos e que estas linhas políticas deveriam ter como objetivos: a) Construir um modelo alternativo de produção e de vivência social, frente ao modelo do agronegócio; b) Construir um território livre em cada assentamento onde a hegemonia fosse dos trabalhadores; c) Implantar na prática nosso modelo de reforma agrária popular²⁵, provando que ele é viável através de nossa produção agroecológica e cooperado; d) Ir exercitando experiências de poder popular real da classe trabalhadora em nossos assentamentos, dirigindo a produção, as cooperativas, às escolas locais, e buscando se articular com as demais organizações e iniciativas populares dos municípios, para acumular forças para construção de uma alternativa popular para o país. (relatório do setor de produção, 2013, sem página)

²⁴ Análise do processo de educação, feita pelo setor de educação do MST, em reunião, não está sistematizado em textos ou cartilhas específicas. Como estava presente, fiz as anotações e apontamentos.

²⁵ Está destacado no programa agrário do MST, aprovado no VI congresso nacional que aconteceu em Brasília em fevereiro de 2014.

Para enfrentar esses desafios em suas linhas políticas, o MST pretende priorizar nos assentamentos a produção agroecológica, em vista de acumular forças e articular um projeto para agricultura que aglutine as demais forças sociais do campo que têm como seu principal alvo a superação do agronegócio, ou seja, a sua destruição.

No entanto, continua o desafio de fazer a luta pela terra, compreender a base produtiva do modo de produção do capital, desenvolver práticas agroecológicas que dialoguem com a sociedade, além disso, exigir que o Estado tenha políticas públicas voltadas à produção agroecológica como um processo de incentivo à produção de alimentos saudáveis e em escala, para alimentar a população brasileira.

Acredita-se que teria de vir junto a estes pré-requisitos a pesquisa e tecnologia que impulsionasse o desenvolvimento da agricultura agroecológica, pensando em envolver o público jovem dos assentamentos como protagonistas de novas ações.

Nesse contexto que se coloca e se propõe, o maior desafio que se encontra é organizar a base social para que compreenda a necessidade de se criar um novo referencial paradigmático para a agricultura, baseada na agroecologia e colocar a juventude como parte essencial nesse projeto, no entanto é necessário que se desencadeie um processo de luta local por crédito e por iniciativas produtivas que venham a estruturar e fortalecer a produção agroecológica.

Outro desafio permanente que se coloca como estruturante nos assentamentos, como apontada nas linhas políticas da produção, é a cooperação agrícola, pois tem sido um ponto norteador em análise do MST e seus setores. No entanto, a leitura é que há muito tempo abandonou-se o debate e a implementação da cooperação agrícola nos assentamentos, fragilizando o processo de organização da produção e individualizando as formas de trabalho.

Assim, se vivencia uma lógica produtiva fundada no lote individual e no esforço do trabalho familiar com baixos níveis de divisão de trabalho e mecanização agrícola. Isso dificulta o aumento da produtividade do trabalho por tempo trabalhado e o aumento da renda *per capita*, assim como o aumento da produtividade física da produção por hectare. Além disso, tem-se percebido que em muitos lugares se busca o aumento da renda na ilusão da produção de mercado baseado na monocultura da soja e do milho, principalmente no assentamento Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire; **esta produção elimina a força de**

trabalho e joga as famílias fora de qualquer possibilidade de envolvimento socioeconômico, e de acréscimo de renda com perspectiva de permanecer no campo.

Com este quadro um tanto complexo, o MST²⁶ analisa que é preciso retomar o debate da cooperação agrícola, baseado em uma prática real em que a materialidade esteja posta. Por isso, necessita garantir a produção de alimentos de forma que as famílias possam ter a soberania sobre a sua alimentação e sua forma de produção, envolvendo a juventude e planejando de forma coletiva a sua produção.

Além disso, é necessário em cada região ou estado vá desenvolvendo um processo de diálogo e, um diagnóstico mais preciso para definir as linhas de produção estratégicas, onde se possa articular “as cadeias produtivas” que garantam a renda e a inserção no mercado, ao mesmo tempo, essas “cadeias produtivas” precisam evoluir para a implementação de agroindústrias de pequeno e médio porte, pois acredita-se que esta é uma das formas de aumentar a divisão do trabalho, aumentar a renda e avançar na cooperação e cooperativismo agregando valor aos produtos dos assentamentos²⁷.

Diante destas preocupações e do avanço do agronegócio nos assentamentos, vemos nos relatos e nos documentos do MST que o desafio atual é construir uma metodologia prática e dinâmica para programar a cooperação agrícola e a agroecologia em cada estado e em cada região, para que se possa colocar os assentamentos como força de acúmulo na luta de classe.

Para isso necessitamos de um método que; a) seja eficiente para implementar nossas linhas políticas; b) todo o movimento se envolva para construir um método, nos assentamentos e em todas as instâncias, c) o debate do que fazer sobre os assentamentos é do conjunto das famílias e dos setores, e não só da produção, precisamos ter sempre em mente que todo o assentado tem de produzir seu próprio alimento e suas sementes, sem esquecer dos demais elementos essenciais para desenvolver as relações nos assentamentos,

²⁶Discussão feita pelo coletivo de juventude do MST, na região centro do Paraná.

²⁷Discussão feita no setor de produção do MST em março de 2014.

e) necessitamos criar um método que envolva todas as famílias nos assentamentos em vista de nossa reforma agrária popular e este método necessita estar de acordo com a realidade local e regional, f) esse debate sobre os assentamentos precisa ser permanente em todas as instâncias, ou seja os assentamentos devem ser pautados de forma permanente durante todas as nossas ações e discussões; g) a juventude precisa ser envolvida nos debates e ser protagonista na implementação de nossas linhas políticas e acima de tudo participar das decisões sobre o processo produtivo e a geração de renda nos assentamentos como um todo. (documento interno do Setor de produção, 2013)

A preocupação metodológica que se coloca é de como enfrentar o domínio do agronegócio nos assentamentos; olhando de forma local o assentamento Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, o domínio produtivo e organizativo é do agronegócio. Somar-se no debate sobre o modelo de produção que se precisa construir nos assentamentos para enfrentar o modelo de produção do agronegócio, ou seja, enfrentar essa produção industrial baseada num modelo tecnológico extremamente degradador do ambiente, é necessário, mas não basta, é preciso criar práticas que venham a se contrapor com a produção e geração de renda. Para isso precisariam avançar alguns aspectos que estão nas linhas políticas do MST e que, na sua grande maioria, os assentados desconhecem. Como veremos em alguns pontos que, na concepção do MST e nos materiais produzidos pelo movimento, se encontraram:

- a) Construir políticas e técnicas voltadas à pesquisa agroecológica, a tecnologia apropriada à agricultura camponesa; incentivo a produção de alimentos com subsídios do Estado, desenvolver técnicas que venham diminuir a penosidade do trabalho e aumentar a produção, ou seja, ter produção em larga escala.
- b) Ajudar a construir agroindústrias em suas diferentes escalas, produtos e formas de organização jurídica, pois ainda são as principais formas de agregar mais trabalho, mais valor ao produto e por tanto aumentar a renda per capita dos trabalhadores, e assim ajudar a evitar que o

assentado continue vendendo apenas mercadorias/matérias-primas simples, que desta forma jamais sairá da pobreza;

c) Construir política de conversão da situação atual para as técnicas de agroecologia nos assentamentos, onde pudesse propor ao Estado que colocasse a disposição seus aparatos legais para ajudar a implementar a agroecologia nos assentamentos, envolvendo as universidades, empresas públicas de pesquisa, Institutos Técnicos Federais e instituições de pesquisas em geral. (Documento interno do setor de produção do MST elaborado em 2012)

O desafio que o MST coloca é uma tentativa de debater outro modelo de produção com sua base assentada. Mas a partir das pesquisas feitas, percebemos que as discussões feitas nas instâncias do MST não chegam até a sua base real. As famílias que são assentadas na sua grande maioria desconhecem seus documentos e suas linhas políticas.

No entanto, percebe-se que na região e como um todo no MST, se tem vários avanços que apontam saídas frente ao modelo do agronegócio, pois o MST, na sua trajetória histórica sempre soube aproveitar as contradições reais do modelo dominante para avançar a organização das famílias assentadas. Nesta tentativa de pautar as questões reais da vida dos assentados, criou-se um fundo de crédito rotativo para facilitar o crédito aos assentados em vista deles organizarem novas formas produtivas, criou-se cursos de agroecologia e especialização em animais agroecológico em vista de contrapor o modelo e criar uma massa crítica de pessoas capazes de contrapor o modelo com qualidade técnica, desenvolveu forma de comunicação, como jornal sem terra, revista sem terra, sítios eletrônicos e na região o jornal terra vermelha em contra ponto a comunicação hegemônica. Buscou criar laboratórios homeopáticos, programa de agroindustrialização, como terra forte, eco forte, parcerias com universidade Federais, como UFSC, e ajudou na criação da Universidade Fronteira Sul. Além disso, criaram-se vários Centros de Formação para debater e desenvolver técnicas alternativas para a produção de alimentos.

Podemos afirmar que essas são algumas tentativas de contrapor ao modelo de produção do agronegócio de forma prática, mas que precisam ser massificadas e envolver todos os camponeses para criar uma hegemonia da classe trabalhadora.

Mesmo diante dessa visão prática, com essas iniciativas e debatendo um novo modelo de produção, não se conseguiu canalizar as práticas concretas que saiam das bases teóricas e tenham suas aplicabilidades de forma massiva. Por isso as linhas políticas precisam se materializar na vida dos assentados e assentadas através de cursos de capacitação, técnicas que instrumentalizem as famílias, métodos de produção coletiva, construção de pequenas agroindústrias e referências de sistemas produtivos. Pois é nessas práticas que se manifesta e se materializa a luta de classe e o confronto direto com o agronegócio.

No entanto, é necessário levar em conta que as famílias do assentamento se pautam, num primeiro momento para poderem produzir, pelos meios de comunicação social de massa. E produzem aquilo que tem mercado garantido, ou seja, se pautam pelo mercado. Em segundo lugar, as famílias se deixam influenciar pelas agropecuárias locais que estão à disposição para venderem os pacotes tecnológicos do agronegócio, e também para comprarem suas produções. Com isso as famílias mantêm com as agropecuárias uma relação de subserviência permanente. Por último, as políticas públicas que são aplicadas nos assentamentos, têm normas e exigem interferência de fora para serem implementadas são as responsáveis pelo modo de vida dos assentados e pela forma de produção em questão. E as políticas públicas que vem a se contrapor ao modelo de produção, são insuficientes e seletivas.

ASPECTOS CONCLUSIVOS

No decorrer da pesquisa a interrogação que sempre estava presente era referente a como o agronegócio influencia as famílias assentadas, assim como a todo o assentamento, já que se trata de sujeitos que fizeram enfrentamento com o estado, destruíram o maior latifúndio do sul do Brasil, enfrentaram a fome, a polícia e o próprio governo. Com este contexto histórico, como podem ser influenciados?

Evidentemente que ao longo dos estudos e da pesquisa foram clareando-me alguns pontos (e outro ficando mais complicados), por isso aponto algumas questões que acho pertinentes e que me permitem afirmar que o atual modelo de produção está enraizado na forma de produção na maioria dos assentamentos e paulatinamente intrínseco na forma das famílias produzirem. Assim, as famílias são reféns e ao mesmo tempo pautadas e organizadas pelo agronegócio através do financiamento dos pronafs²⁸, que têm a influência do capital financeiro. Além disso, quem comercializa a produção, seja ela de grão ou de leite, são as agropecuárias locais, e quem a compra a produção são as cooperativas do agronegócio, ou os laticínios que são a síntese deste capital circulante e dominante.

Outro fato que busco destacar e que já se descreveu no decorrer do texto, é que as discussões e as políticas organizativas do MST estão claras e definidas, no entanto, a base assentada as desconhece, ou seja, as discussões feitas nas instâncias não chegam para o povo, e os mesmos passam ser orientados sua produção pelo técnico da agropecuária, pelo Globo Rural ou mesmo pelos latifúndios que produzem em sua volta.

Além desses fatores, pode-se afirmar que o modelo de produção baseado na monocultura da soja e do milho traz facilidade para produzir, aumenta a produtividade, diminui a penosidade do trabalho, faz circular dinheiro pela forma de crédito e de comercialização.

Evidentemente que os assentados não se preocupam com planejamento da produção e a sua grande maioria não faz custo de produção. No entanto, estão inseridos na sociedade de consumo, mesmo

²⁸ Programa de fortalecimento a agricultura Familiar

não consumindo, fazem parte pela adoção do pacote tecnológico, já que tendo este organizado, serve de moeda de troca nas lojas e nas agropecuárias locais.

Como se pode perceber ao longo desta pesquisa, vê-se que as pessoas que estão tentando articular a agroecologia estão fora dessa circulação e se sentem rejeitadas pela sociedade, pois não conseguem créditos e não têm garantia de produção e de comercialização, por isso não conseguem se inserir e são vistas como atrasadas; esses fatores são os que levam à adoção do modelo do agronegócio em suas propriedades.

Paulatinamente dificulta-se o desenvolvimento da agroecologia. Esta dificuldade não é por falta de técnicas ou de experiência e sim porque as famílias que são assentadas são mais vulneráveis e isso as propicia a adotarem modelos mais fáceis por falta de conhecimento do local onde estão inseridas, por pouco acesso de bens materiais, e porque o modo de produção do agronegócio não é só um modelo, mas sim uma lógica organizativa que rege a vida das famílias, desde no que diz respeito à moradia até a organização da produção e comercialização.

Diante dessas questões pode-se afirmar que só é possível ter um modelo de produção que se contrapõe ao modelo de produção do capital se o mesmo for massivo e gere renda às famílias de forma imediata e ainda que tenha a mesma tecnologia e inclua as famílias na sociedade.

Por fim, quero destacar que esta pesquisa foi um trabalho coletivo, pois envolveu técnicos, professores, lideranças dos assentamentos e as famílias assentadas. Além disso, essa pesquisa foi feita em movimento, pois ao mesmo tempo em que a fazia, trabalhava, por isso ela é mais de relato com análise de dados já elaborados por outras pessoas, por documentos e relatórios internos e das observações feitas em reuniões. Por este motivo não se seguiu a risca um questionário e se mudava conforme mudava a conjuntura, mas sem perder o foco da questão que era identificar o porquê de o agronegócio estar presente no assentamento.

Para encerrar, quero reafirmar que foi doloroso concluir que quem organiza a produção no assentamento é o agronegócio. O assentamento tem muitos avanços que destaquei no decorrer do trabalho e esses avanços são frutos da luta coletiva e da resistência de um povo que ousa lutar. Exemplo disso são as escolas do campo, são a vontade de construir a agroecologia, são a forma de organizar as comunidades e,

acima de tudo, a vontade de derrotar o latifúndio, pois tudo que as famílias têm são conquistas, e elas são conscientes. E se elas perceberem que vão perder essas conquistas, elas vão à luta e mudam a sua forma de produzir.

Por fim, reafirmo que o estudo foi prazeroso no sentido de compreender as relações do assentamento, talvez não esteja expressa como um todo no trabalho, pois o mesmo é cheio de limites, mas acredito que serviu para despertar nas famílias, nos dirigentes que conversei o debate sobre a forma que estão produzindo e aflorar as contradições reais que se materializam nas práticas produtivas no assentamento Ireno Alves dos Santos.

Mesmo assim podemos afirmar que só o fato das famílias terem transformado um único latifúndio em mais de 1.500 famílias assentadas, já cumpriram a sua missão, de colocar em cheque a propriedade privada, hegemônica, centralizada pela produção capitalista. Agora é ir além e enfrentar o modelo de produção que exclui, que mata milhares de pessoas no mundo todo, pela sua forma de envenenar o mundo e ainda dizem que produzem alimento.

Finalizo dizendo que não é somente a vontade das pessoas que mudam a forma de produzir, mas sim as condições objetivas, com investimentos produtivos, na produção, na industrialização, no processamento, no armazenamento, na comercialização, com garantia de compra por parte do Estado brasileiro e com um processo de organização, conscientização e de luta permanente. Neste intuito vejo e proponho, que o MST, precisa desenvolver um plano de formação, para treinar um grupo de pessoas que consigam desenvolver o conhecimento teórico é prático, como diz Machado “aprenderem plantar o tomate” e voltar aos assentamentos para ajudar a fazer a conversão agroecológica de forma prática e dinâmica.

REFERÊNCIAS

Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, revista quadrimestral publicada pela EMATER/RS-Ascar, Porto Alegre Brasil, v.6, n1/2. Jan./Nov.2013.

Buaninain, Antonio Marcio. Alves, Eliseu. Silveira, José Mariada. Navarro, Zander, editores técnicos. O mundo Rural no Brasil do Seculo 21. A Formação de um novo padrão agrário e agrícola. Embrapa, Brasília, Df, 2014.

CARVALHO, Horacio Martins de. A hegemonia burguesa e a “consciência feliz” das massas populares Curitiba, texto datado de 19 de junho de 2008.

_____, Campesinato E a democratização da renda e da riqueza no campo. Texto escrito em Curitiba, julho de 2005*²⁹.

_____, Contexto atual da correlação de forças e das lutas sociais no campo. texto escrito em Curitiba, 5 de janeiro de 2004*.

_____, Desafios para o agroecologista como portadora de uma nova matriz tecnológica para o campesinato. Texto escrito em Curitiba, 31 de julho de 2007*.

CHABOUSSOU, Francis. Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006*.

CONCRAB; Cadernos de cooperação agrícola, N° 4 e 5 ,1995-96

CONDETEC. Território Cantuquiriguaçu – Paraná, Diagnóstico Sócio Econômico: Curitiba, 2004*.

_____, Estudo Propositivo do Território da Cantuquiriguaçu – Paraná: Documento preliminar, 2005*.

ENGELS, Friedrich. A Dialética da Natureza, coleção Síntese, editora Presença, Livraria Martins Fontes, Portugal/Brasil, 1974*.

_____, A origem da Família, da Propriedade Privada e do estado. Tradução Cícero Mioranza, 3º Edição, editora Escala. São Paulo*.

²⁹ As Bibliografias que estão com estrelinhas * são matérias que me apoiiei como método e me abriram a mente para a escrita, no entanto não tem citações. Para qualquer duvida deixei as mesmas na bibliografia.

GONÇALVES, Sérgio. Campesinato, Resistência e Emancipação: o Modelo Agroecológico Adotado Pelo MST no Estado do Paraná, Presidente Prudente. 2008

Hamid, ZakriAbdul. Perda da biodiversidade é uma ameaça global. 11/07/ 2013, abertura da Reunião Regional da América Latina e Caribe do organismo intergovernamental independente.

HOWARD,Sir Albert. *UM TESTAMENTO AGRÍCOLA*. São Paulo: Expressão Popular, 2007*.

IPARDES. Diagnóstico Socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu: Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável – Paraná. Curitiba, 2007.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. *Pastorei Racional Voisin: Tecnologia Agroecológica para o 3º Milênio*. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2004.

MARX, Karl, 1818-1883. A Ideologia Alemã, 1º Capítulo : seguindo das tese sobre Feuerbach / Karl Marx e Friedrich Engels; tradução Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro 2002.

_____ e ENGELS, F.; *In: Obras Escolhidas*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1970

_____ *O Capital*, São Paulo, Nova Cultural, 1988

_____. O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann, 5ª edição, Paz e Terra, 1986*.

MÉSZÁROS, István. *O SÉCULO XXI socialismo ou barbárie?*. 1º Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. *A TEORIA da ALIENAÇÃO em Marx*. 1º Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006*.

MORISSAWA, Mitsue. M861h. A História da luta pela terra e o MST / MITSUE, Morissawa. – São Paulo: Expressão Popular, 2004. 256. : Il.

STEDILE, João Pedro (org.) e ESTEVAM; Douglas assistente de pesquisa. A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960. 1º edição, editora Expressão Popular, São Paulo – 2005

_____. *A Questão Agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980*. 1º edição, editora Expressão Popular, São Paulo – 2005.

_____, A Questão Agrária no Brasil: Programas de reforma agrária – 1946-2003. 1º edição, editora Expressão Popular, são Paulo – 2005.

_____, A Questão Agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. 1º edição, editora Expressão Popular, são Paulo – 2006.

_____, A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária natureza e comportamento – 1964-1990. 1º edição, editora Expressão Popular, são Paulo – 2006.

_____, A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 1990. 2º edição, editora Expressão Popular, são Paulo – 2013.

_____, A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 2000. 1º edição, editora Expressão Popular, são Paulo – 2013.

_____, A Questão Agrária no Brasil: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. 1º edição, editora Expressão Popular, são Paulo – 2013.

ROOS, Djoní. A Disputa pelo Território: Agricultura Camponesa Versus Agronegócio nos Assentamentos do Centro-Sul Paranaense. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente. SP. Outubro de, 2014.

SERRA, Elpídio. Os primeiros processos de ocupação da terra organização pioneira do espaço agrário do Paraná. Boletim Geográfico –UNEM ano 10 – número 01. 1992. <http://eduem.uem.br>

WESTPHALEN, Cecília Maria. Machado, Brasil Pinheiro e Balhana, Altiva Pilatti. Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná Nº 7, Departamento de História, Curitiba Paraná, 1968.